

GOVERNO DO ESTADO



CEARÁ

AVANÇANDO NAS MUDANÇAS

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS
COMPANHIA DE DOS RECURSOS HÍDRICOS -COGERH
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS
PROURB CE

ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL - E IA
RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA
LEVANTAMENTO CADASTRAL E PLANO DE REASSENTAMENTO DA POPULAÇÃO
DA BARRAGEM FAÉ EM QUIXELÔ - CE

RELATÓRIO GERAL PLANO DE REASSENTAMENTO

GAIA

FORTALEZA
JUNHO DE 1999

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ



CEARÁ

AVANÇANDO PARA O FUTURO

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E GESTÃO DOS
RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ-PROURB-RHCE

**ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS DE IMPACTO
AMBIENTAL - EIA E RELATÓRIO DE IMPACTO
AMBIENTAL - RIMA E O LEVANTAMENTO
CADASTRAL E PLANO DE REASSENTAMENTO DA
POPULAÇÃO DA BARRAGEM FAË EM
QUIXELÔ - CEARÁ**

**RELATÓRIO GERAL
PLANO DE REASSENTAMENTO**

Lei nº 22274 - Expediente nº _____

Projeto Nº 0049/1978/JP

Título: _____

Qnt. A1 _____ Qnt. A2 _____

Qnt. A3 _____ Qnt. A4 _____

Qnt. A5 _____ Qnt. A6 _____



CONSELHO DE POLÍTICA AMBIENTAL

FORTALEZA-CEARÁ
25/10/78



INDICE

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	01
1. INTRODUÇÃO	09
2. LOCALIZAÇÃO E ACESSO	09
3. DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DA ÁREA AFETADA	09
4. DEFINIÇÕES	30
5. IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS ATINGIDOS	34
6. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	50
7. ALTERNATIVAS DE ÁREAS PARA REASSENTAMENTO	54
8. ESCOPO DO DETALHAMENTO DO PLANO DE REASSENTAMENTO	59
9. SEGURANÇA E PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO	62
10. RESPONSABILIDADES ORGANIZACIONAIS	69
11. ARCABOUÇO LEGAL	71
12. PREVISÃO DE CUSTOS TOTAIS	77
13. BIBLIOGRAFIA	82
14. ANEXOS	84



CASA CONFORTO EM AMBIENTE

APRESENTAÇÃO

Av. Desembargador Moreira, 3030, sala 801, Alifan, CEP: 04.190-000, Foz de Iguaçu, Foz de Iguaçu, Paraná, Brasil
Tel: (051) 334-0000

00-00-05

APRESENTAÇÃO

A GAMA CONSULTORIA AMBIENTAL, LTDA, estabelecida à Des. Manoel 2020, sala 402, Bairro Adelaide, Fortaleza, Ceará, vem apresentar a SPM, o Relatório Geral do Plano de Reassentamento da população que será atingida pela construção do Açude Fiel no município de Guaviúbe, conforme contrato nº 031/PROCUR-CE-006/2011.

Os dados técnicos sobre o futuro açude são os seguintes:

Volume de acumulação (na cota de 241,0 m):	25,37hm ³
Área de desapropriação:	415,99ha
Área da faixa habitável:	572,30ha
Área da reserva ecológica:	191,40ha
Cota do coronamento da barragem:	244,70m
Altura da barragem:	18,95m
Cota da soleira do sangradouro:	241,80m

Fortaleza, 11 de junho de 1999.

Renato Carneiro Lúcio
Diretor Técnico



1 - INTRODUÇÃO



1. INTRODUÇÃO

O Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará - PROURB prevê a construção de açudes de forma a cumprir a política de saneamentos dos vários municípios do estado do Ceará, e dessa forma garantir o suprimento de água aos núcleos urbanos nas proximidades de cada projeto desenvolvido.

A construção de açudes ou de qualquer obra desse porte promove uma série de impactos que necessitam de uma análise profunda visando tornar viável o empreendimento. Dentre esses impactos destaca-se a influência sobre o meio ambiente, onde um profundo estudo deve ser desenvolvido visando minimizar os impactos gerados, que recebe o nome de Plano de Reassentamento.

Para a elaboração desse documento é indispensável o Levantamento Cadastral de terras e benfeitorias contendo a identificação dos lotes de propriedades a serem desapropriadas, em carta planimétrica, folhas de identificação e quantificação de terras e benfeitorias a serem indenizadas, e de identificação dos beneficiários da indenização, as quais foram executadas pela própria consultoria e aprovadas pela Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH.

Complementando os elementos necessários para a elaboração do documento foram também fornecidos pela SRH, as Tabelas de Preços das Indenizações, o Manual Operativo para a Elaboração do Plano de Reassentamento.

A metodologia de trabalho partiu inicialmente para conhecer a realidade das famílias a serem atingidas pela construção do açude, o qual foi feito através de pesquisa socio-econômica, onde diversos aspectos relacionados a condição de vida de cada um, e as opiniões quanto ao novo empreendimento puderam ser levantadas.

Partindo do conhecimento individual de cada família e dos critérios propostos pela SRH, a consultoria procurou selecionar os beneficiários do reassentamento cuja seleção será posteriormente discutida em reuniões comunitárias com a população envolvida e líderes de região.

Em etapas posteriores à pré-seleção dos beneficiários, em consulta com a comunidade, a utilização de parâmetros técnicos, foram pré-selecionadas áreas potenciais para a relocação da população beneficiária, e que posteriormente através do aprofundamento das discussões em torno desse tema, poderá ser escolhida a área definitiva onde será montada toda a infra-estrutura necessária ao reassentimento da população a ser reassentida.

O plano de reassentimento contempla além desses temas comarcados anteriormente, Cronograma e orçamentos para implantação, responsabilidades organizacionais, forma de participação da comunidade, e toda a metodologia necessária para a sua execução.



2 - LOCALIZAÇÃO E ACESSO



2. LOCALIZAÇÃO E ACESSO

A Barragem Fial, deverá tomar o rio do mesmo nome, em local situado ao norte da sede do município de Quixadá - Ce, à margem do povoado denominado Carnaubinha.

A ligação entre o aglomerado urbano de Carnaubinha e a área da barragem é feita através do trecho inicial, de 16,5 km, da estrada vicinal que liga esta cidade ao município de Acopiara. Esta estrada, com 47 km de extensão total, tem começo no setor norte da sede do município de Quixadá e termina na rodovia CE-001, em um cruzamento situado a 10km ao sul da cidade de Acopiara.

O acesso até a cidade de Quixadá pode ser feito, partindo-se de Fortaleza por duas diferentes rotatórias: a primeira envolve um percurso de 272 km, passando pelos municípios de Pacajás, Russas, Jaguaribe, Icó e Igatu, e pelas rodovias BR-116; a segunda com uma extensão 584 km, iniciando na BR-116 e abrangendo trechos das rodovias BR-122, CE-013 e CE-001, passando pelas cidades de Pacajás, Quixadá, Governador, Marabaja e Acopiara.





3 - DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DA ÁREA E POPULAÇÃO AFETADA



3. DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DA ÁREA E POPULAÇÃO AFETADA

Para o conhecimento das condições sócio-econômicas da área de influência física do lago artificial a ser formado pela construção do açude Fiel, foram aplicados 57 questionários, sendo 22 para proprietários e 35 para moradores, beneficiários e terceiros.

Os dados após tratamento em programa específico, nos permitem obter as seguintes informações e comentários:

3.1 - Atividades Econômicas e Indicadores Tecnológicos

As atividades econômicas desenvolvidas na área do projeto e áreas remanescentes das propriedades atingidas, restringem-se basicamente a agricultura e pecuária em todas as estradas de áreas. (Quadro 01, Figura 01.01, 1).

Dentro dessa atividade agrícola encontra-se somente a exploração de agricultura de subsistência, como milho, arroz e feijão, destacando-se uma maior exploração da cultura do milho, seguido de feijão e arroz. (Quadro 02, Figura 02).

O número de rebanhos existente na área, é bem mais intenso nos extatos de área 12,1 e 50ha e 50,1 e 250ha, sendo que as áreas maiores que 250ha possuem efetivos insignificantes para as suas dimensões. (Quadro 03, Figura 03). Destacam-se do total de rebanhos existentes, as explorações de bovinos e suínos. (Quadro 04).

A utilização de equipamentos e insumos que caracterizam um nível tecnológico elevado de exploração agropecuária pode ser observado no Quadro 05, onde verifica-se que basicamente nas propriedades são utilizados insumos e equipamentos mínimos para o desenvolvimento das atividades.

**QUADRO 01 – ATIVIDADES ECONÔMICAS NAS PROPRIEDADES
VALORES PERCENTUAIS**

EXTRATO DE ÁREA (ha)	NA ÁREA REMANESCENTE	
	AGRICULTURA	PECUÁRIA
< 5,0	0,20	0,20
5,1 - 10,0	-	-
10,1 - 50,0	29,75	20,37
50,1 - 250,0	30,49	30,49
> 250,0	25,85	25,85
TOTAL	86,29	76,91

EXTRATO DE ÁREA (ha)	NA ÁREA DO LOTE	
	AGRICULTURA	PECUÁRIA
< 5,0	0,20	0,20
5,1 - 10,0	-	-
10,1 - 50,0	27,53	20,37
50,1 - 250,0	30,49	30,49
> 250,0	25,85	25,85
TOTAL	84,07	76,91

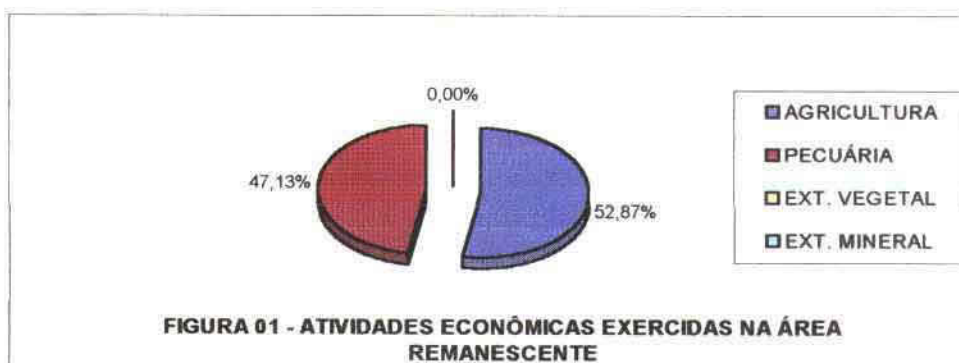


FIGURA 01 - ATIVIDADES ECONÔMICAS EXERCIDAS NA ÁREA REMANESCENTE

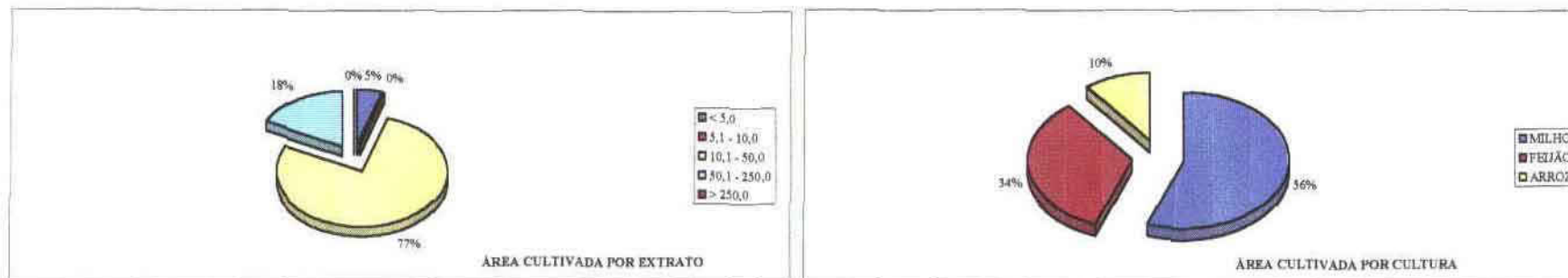


FIGURA 01.1 - ATIVIDADES ECONÔMICAS EXERCIDAS NO LOTE

QUADRO 02 - OCUPAÇÃO DOS SOLOS NA ÁREA DO PROJETO

CULTURAS	EXTRATO DE ÁREA (ha)										ÁREA CULTIVADA POR CULTURA (ha)	% EM RELAÇÃO A ÁREA TOTAL CULTIVADA
	< 5,0		5,1 - 10,0		10,1 - 50,0		50,1 - 250,0		> 250,0			
	ÁREA (ha)	% S/ A ÁREA CULTIVADA	ÁREA (ha)	% S/ A ÁREA CULTIVADA	ÁREA (ha)	% S/ A ÁREA CULTIVADA	ÁREA (ha)	% S/ A ÁREA CULTIVADA	ÁREA (ha)	% S/ A ÁREA CULTIVADA		
MILHO	1,00	30,30	-	-	32,80	62,00	4,00	33,33	-	-	37,80	55,43
FEIJÃO	1,00	30,30	-	-	17,30	32,70	5,00	41,67	-	-	23,30	34,16
ARROZ	1,30	39,39	-	-	2,80	5,29	3,00	25,00	-	-	7,10	10,41
ÁREA CULTIVADA (ha)	3,30	100,00	-	-	52,90	100,00	12,00	100,00	-	-	68,20	100,00
ÁREA TOTAL Ñ CULT (ha)	0,37	-	-	-	348,17	-	583,78	-	348,48	-	1.280,80	-
ÁREA TOTAL / EXTRATO (ha)	3,67	-	-	-	401,07	-	595,78	-	348,48	-	1.349,00	-

FONTE : GAIA CONSULTORIA AMBIENTAL, Pesquisa de Campo, 1999

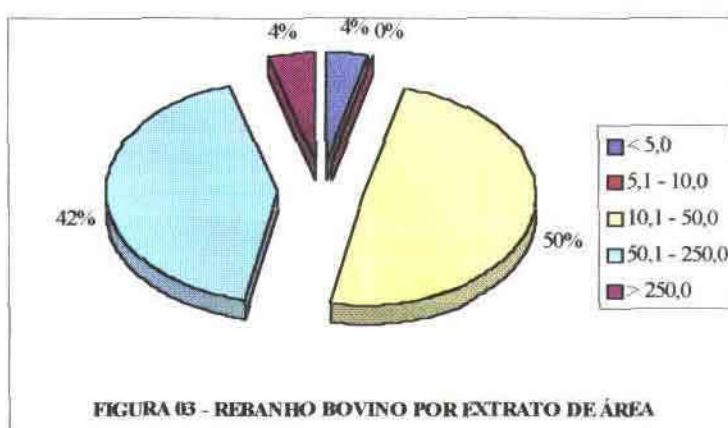


000016

QUADRO 03 - EFETIVO DO REBANHO BOVINO EXISTENTE NA ÁREA DO PROJETO

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL DE ANIMAIS POR EXTRATO	ÁREA DA CLASSE (km ²)	DENSIDADE ANIMAL (Cabeças/km ²)
ÁREA DA PESQUISA	314,00	1.064,63	0,29
< 5,0	12,00	0,58	20,69
5,1 - 10,0	-	-	-
10,1 - 50,0	155,00	304,59	0,51
50,1 - 250,0	133,00	410,98	0,32
> 250,0	14,00	348,48	0,04
MUNICÍPIO DE CARIÚS (1)	-	-	-

FONTE : GAIA CONSULTORIA AMBIENTAL, Pesquisa de Campo, 1999



QUADRO 04 - EFETIVO DO REBANHO EXISTENTE NA ÁREA DO PROJETO

DISCRIMINAÇÃO	EXTRATO DE ÁREA (ha)					TOTAL
	< 5,0	5,1 - 10,0	10,1 - 50,0	50,1 - 250,0	> 250,0	
BOVINOS	12,00	-	155,00	133,00	14,00	314,00
EQUINOS	1,00	-	18,00	10,00	1,00	30,00
MUARES	1,00	-	6,00	19,00	-	26,00
ASININOS	-	-	10,00	4,00	-	14,00
OVINOS	-	-	91,00	84,00	-	175,00
CAPRINOS	31,00	-	32,00	9,00	14,00	86,00
SUÍNOS	-	-	76,00	66,00	1,00	143,00
AVES	-	-	622,00	569,00	18,00	1.209,00

FONTE : GAIA CONSULTORIA AMBIENTAL, Pesquisa de Campo, 1999.



**GRANJO 05 - INICIACIONES DE NIVEL TÉCNICO DE ADOPTACIÓN
EN ÁREA DE PROYECTO - VALORES PORCENTUALES**

INSTRUMENTO EQUIPAMIENTO	EXTRATO DEL ÁREA (ha)					TOTAL
	= 5,0	5,1 - 10,0	10,1 - 15,0	15,1 - 20,0	= 20,0	
VACUNAS	0,20	-	18,50	20,70	-	40,40
PRINCIPALES	0,20	-	20,60	20,70	-	41,50
FERTILIZANTES QUÍMICOS	-	-	-	-	-	-
COMPOSTO ORGÁNICO	-	-	-	-	-	-
TRATAMIENTO	-	-	-	-	-	-
ARADO	-	-	-	-	-	-
PLANTACIÓN MANUAL	-	-	-	-	-	-
PALMEZADO	-	-	-	-	-	-
CULTIVADOR	0,30	-	20,60	20,70	-	41,60
EMBADA	0,20	-	20,60	20,70	-	41,50
POZADORA	0,20	-	20,60	20,70	-	41,50
POZADORA	0,20	-	20,60	20,70	-	41,50

NOTA: ÁREA TOTAL FERIA AGROPECUARIO, Proyecto de Campo, 1998.



A forma de exploração da terra basicamente é feita pelo proprietário juntamente com sua família, representando 95,56% das outras formas de exploração, em todos os setores de áreas. (Quadro 05, Figura 04).

As propriedades da área de desapropriação, basicamente não possuem terras de ligas tanto no inverno como no verão, utilizando-se em ambas as épocas, recursos provenientes principalmente de caudimas, poças e do rio. (Quadro 07, Figura 05/05.1)

A população total da área de influência direta do empreendimento é bastante equilibrada quanto ao número de mulheres e homens; 57 e 58 respectivamente, totalizando um contingente populacional envolvido de apenas 107 pessoas. Quanto ao número de pessoas por setor da área, percebe-se um equilíbrio em todos eles, mostrando quantidades semelhantes de pessoas residentes tanto em pequenas como em grandes propriedades. (Quadro 08, Figura 08/08.1)

3.2 - Educação

O nível de instrução levando-se em consideração toda a população residente na área, pode ser observada no Quadro 09, Figura 07, onde verifica-se que um bom número de pessoas são alfabetizadas (36,17%), e apenas 7,48% são analfabetos. Não encontra-se na área nenhuma pessoa com nível médio ou superior.

O grau de instrução dos proprietários residentes em um total de 08, já que os demais não residem na área ou são ausentes, estão enquadrados como analfabetos e semi-analfabetos. (Quadro 10, Figura 08), enquanto que dos 24 moradores (rentistas) residentes, apenas 05 são alfabetizados, mostrando o baixo nível de educação tanto para proprietários como para moradores. (Quadro 11, Figura 08).

**QUADRO 06 - FORMAS DE EXPLORAÇÃO DA TERRA NA ÁREA DO PROJETO
VALORES PERCENTUAIS (1)**

EXTRATO DE ÁREA (ha)	FORMAS DE EXPLORAÇÃO			
	DIRETAMENTE PELO PROPR. E/OU FILHOS	PARENTES	EMPREGADOS	SEM EXPLORAÇÃO
< 5,0	0,20	-	-	-
5,1 - 10,0	-	-	-	-
10,1 - 50,0	26,41	2,23	1,11	-
50,1 - 250,0	44,20	-	-	-
> 250,0	25,85	-	-	-
TOTAL	96,66	2,23	1,11	-

(1) - CONSIDERANDO O NÚMERO TOTAL DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS IGUAL A 22

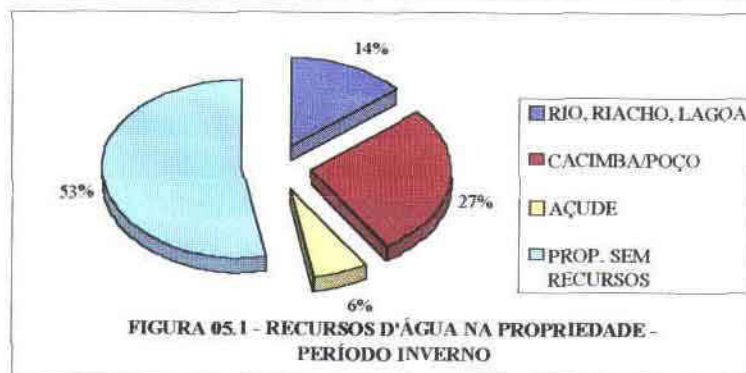
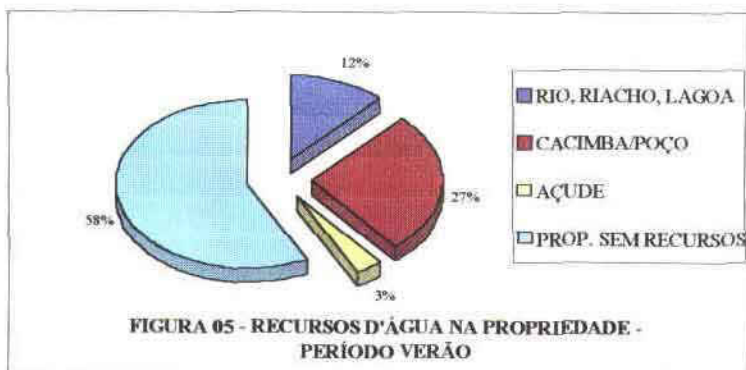
FONTE: GAIA CONSULTORIA AMBIENTAL, Pesquisa de Campo, 1999.



QUADRO 07 - RECURSOS D'ÁGUA NAS PROPRIEDADES NA ÁREA DA BACIA HIDRÁULICA - VALORES PERCENTUAIS

EXTRATO DE ÁREA (ha)	FONTE D'ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E ANIMAL							
	Rio,Riacho, Lagoa		Cacimba/Poço		Açude		Prop. Sem Recursos	
	Inverno	Verão	Inverno	Verão	Inverno	Verão	Inverno	Verão
< 5,0	0,04	0,04	0,16	0,16	-	-	-	-
5,1 - 10,0	-	-	-	-	-	-	-	-
10,1 - 50,0	9,07	7,24	10,19	10,19	6,19	3,34	2,35	7,02
50,1 - 250,0	4,31	4,31	16,39	16,39	-	-	23,50	23,50
> 250,0	-	-	-	-	-	-	25,85	25,85
TOTAL	13,42	11,60	26,73	26,73	6,19	3,34	51,70	56,38

FONTE: GAIA CONSULTORIA AMBIENTAL Pesquisa de Campo, 1999.



**QUADRO 08 - POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA DA BACIA HIDRÁULICA
AÇUDE FAÉ**

DISCRIMINAÇÃO		EXTRATO DE ÁREA				TOTAL
		0 - 10,0	10,1 - 50,0	50,1 - 250,0	> 250,0	
NÚMERO DE FAMÍLIAS		-	15	14	1	30
POPULAÇÃO	< 10 anos	-	5	7	-	12
MASCULINA	10 - 20 anos	-	9	2	1	12
POR FAIXA	20 - 40 anos	-	5	5	-	10
ETÁRIA	40 - 60 anos	-	7	5	-	12
(hab)	> 60 anos	-	5	6	-	11
TOTAL 1		-	31	25	1	57
POPULAÇÃO	< 10 anos	-	5	5	1	11
FEMININA	10 - 20 anos	-	2	6	1	9
POR FAIXA	20 - 40 anos	-	5	8	-	13
ETÁRIA	40 - 60 anos	-	7	1	-	8
(hab)	> 60 anos	-	3	6	-	9
TOTAL 2		-	22	26	2	50
POPULAÇÃO	< 10 anos	-	10	12	1	23
TOTAL	10 - 20 anos	-	11	8	2	21
POR FAIXA	20 - 40 anos	-	10	13	-	23
ETÁRIA	40 - 60 anos	-	14	6	-	20
(hab)	> 60 anos	-	8	12	-	20
TOTAL GERAL		-	53	51	3	107

FONTE: GAIA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, Pesquisa de Campo, 1999

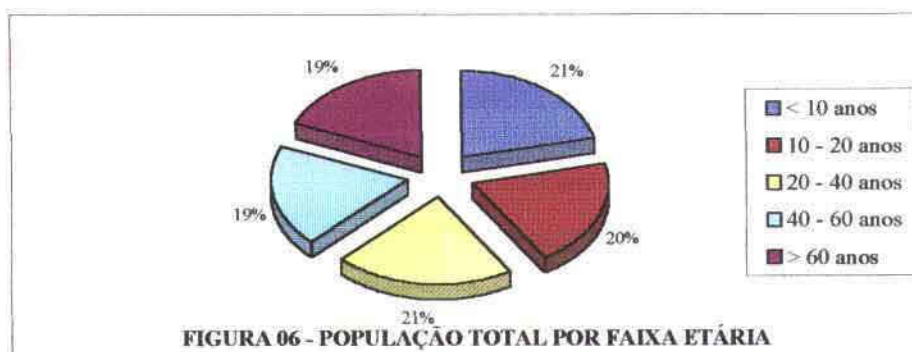


FIGURA 06 - POPULAÇÃO TOTAL POR FAIXA ETÁRIA

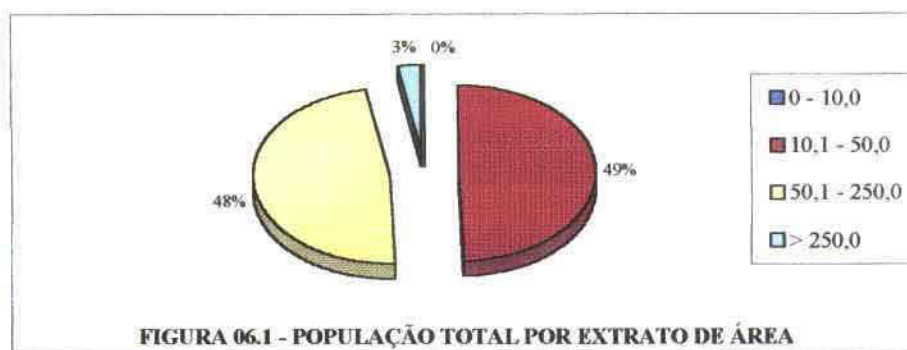
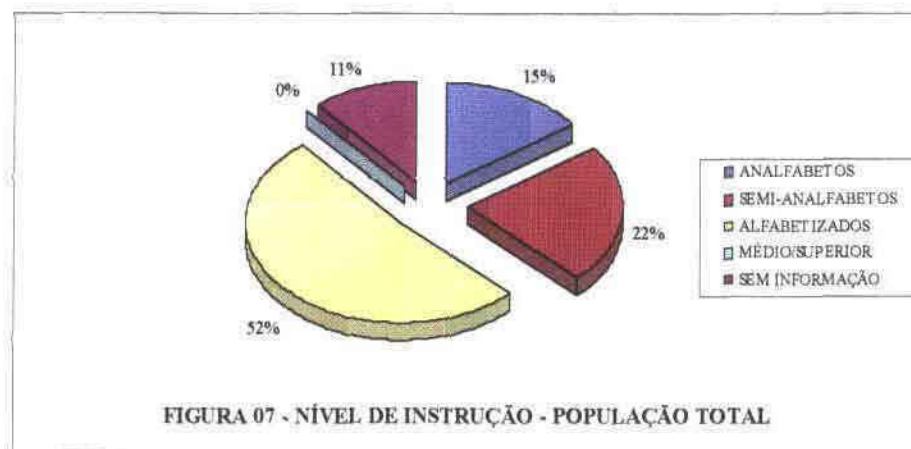


FIGURA 06.1 - POPULAÇÃO TOTAL POR EXTRATO DE ÁREA

QUADRO 09 - NÍVEL DE INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA DA BACIA HIDRÁULICA(1)

EXTRATO DE ÁREA (ha)	ANALFABETOS		SEMI-ANALFABETOS		ALFABETIZADOS		MÉDIO/SUPERIOR		SEM INFORMAÇÃO		TOTAL	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
< 5,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5,1 - 10,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10,1 - 50,0	8,00	7,48	11,00	10,28	28,00	26,17	-	-	6,00	5,61	53,00	49,53
50,1 - 250,0	7,00	-	12,00	-	27,00	-	-	-	5,00	-	51,00	-
> 250,0	1,00	-	1,00	-	-	-	-	-	1,00	-	3,00	-
TOTAL	16,00	7,48	24,00	10,28	55,00	26,17	-	-	12,00	5,61	107,00	49,53

FONTE: LEVANTAMENTO CADASTRAL, GAIA CONSULTORIA AMBIENTAL, 1999.
 (1) - CONSIDERANDO A POPULAÇÃO COM IDADE SUPERIOR A 8 ANOS

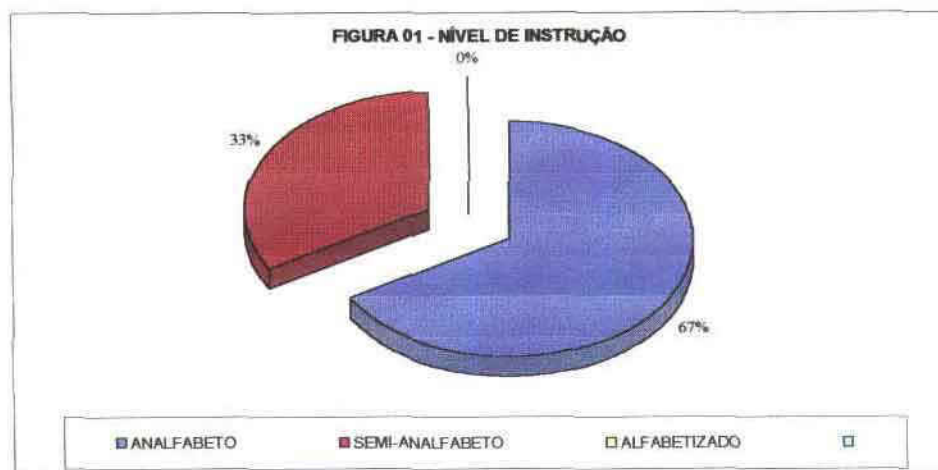


000023

QUADRO 10 - NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS RESIDENTES

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	NUMERO DE PROPRIETÁRIOS	% EM RELAÇÃO TOTAL
ANALFABETO	4,00	66,70
SEMI-ANALFABETO	2,00	33,33
ALFABETIZADO	-	-
TOTAL	6,00	100,00

FONTE: GAIA CONSULTORIA AMBIENTAL - Pesquisa de Campo, 1999



QUADRO 11 - NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS MORADORES

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	NUMERO DE MORADORES/BENFEITORES	% EM RELAÇÃO TOTAL
ANALFABETO	6,00	25,00
SEMI-ANALFABETO	13,00	54,20
ALFABETIZADO	5,00	20,80
MÉDIO OU SUPERIOR	-	-
TOTAL	24,00	100,00

FONTE: GAIA COSULTORIA AMBIENTAL - Pesquisa de Campo, 1999.



3.3 - Idade

Todos os (8) proprietários residentes estão com idade acima de 40 anos, enquanto que entre as 34 moradoras, 39,3% possuem idade inferior a 40 anos. (Quadro 12, Figura 9 e Quadro 13, Figura 9.1).

3.4 - Fonte de renda

Apenas 4 proprietários têm como principal fonte de renda a agricultura. Os demais vivem de aposentadoria, embora ainda desenvolvam algum tipo de atividade agrícola em menor intensidade. No caso dos moradores, a sobrevivência deve-se quase que totalmente à atividade agropecuária, enquanto que apenas 07 das 34 moradoras da área têm como fonte de renda a aposentadoria. (Quadro 14, Figura 10 e Quadro 15, Figura 11).

3.5 - Aspirações da população atingida

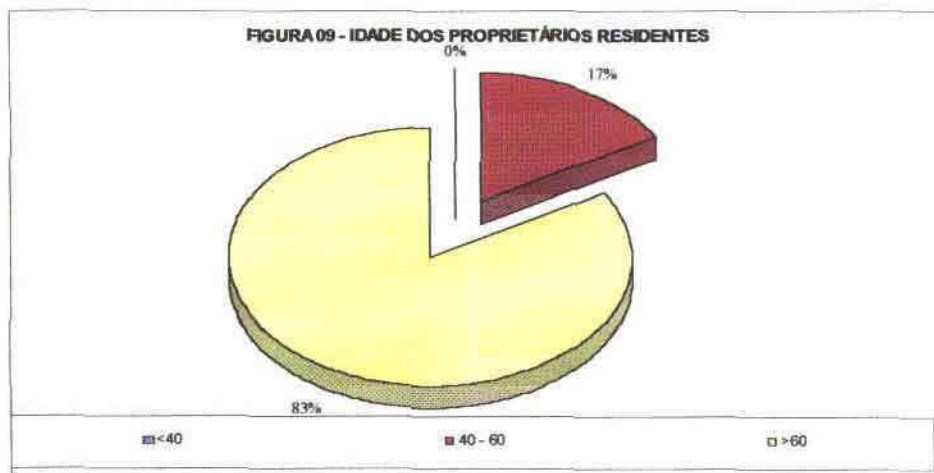
Levanta-se em consideração que a maior parte dos moradores residem há algum tempo na região, pois 51,7% residem a mais de cinco anos (Quadro 16, Figura 12), pesquisas-informais a preferência de moradia dessa classe de profissões.

Desse modo, aos moradores foram apresentadas várias alternativas em face das possibilidades de poderem optar por residir em áreas situadas em áreas urbanas. No entanto, devido ao vínculo com a terra, há uma predominância dos mesmos optarem por permanecerem residindo nas áreas remanescentes das propriedades, o que será possível, mas depende unicamente de um acordo entre o morador e o proprietário da área (Quadro 17, Figura 13).

QUADRO 12 - IDADE DOS PROPRIETÁRIOS

IDADE (ANOS)	NUMERO DE PROPRIETÁRIOS	% EM RELAÇÃO TOTAL
<40	-	-
40 - 60	1,00	16,70
>60	5,00	83,30
TOTAL	6,00	100,00

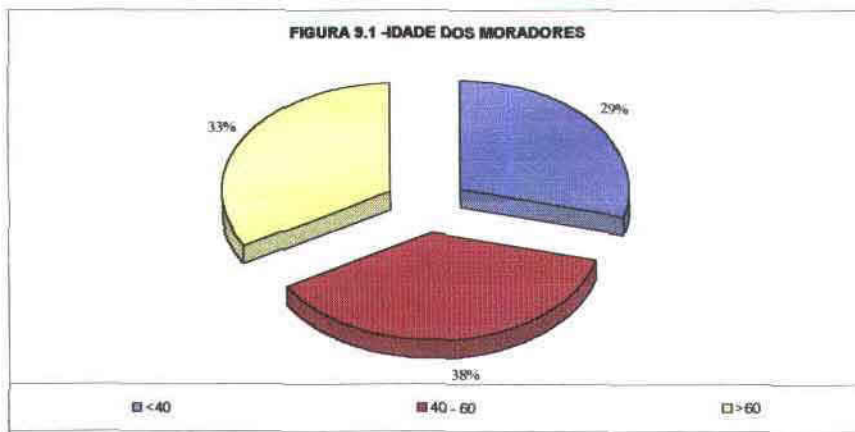
FONTE: GAIA CONSULTORIA AMBIENTAL- Pesquisa de Campo, 1999.



QUADRO 13 - IDADE DOS MORADORES

IDADE (ANOS)	NÚMERO DE MORADORES/BENFEITORES	% EM RELAÇÃO TOTAL
<40	7,00	29,20
40 - 60	9,00	37,50
>60	8,00	33,30
TOTAL	24,00	100,00

FONTE: GAIA CONSULTORIA AMBIENTAL - Pesquisa de Campo, 1999.

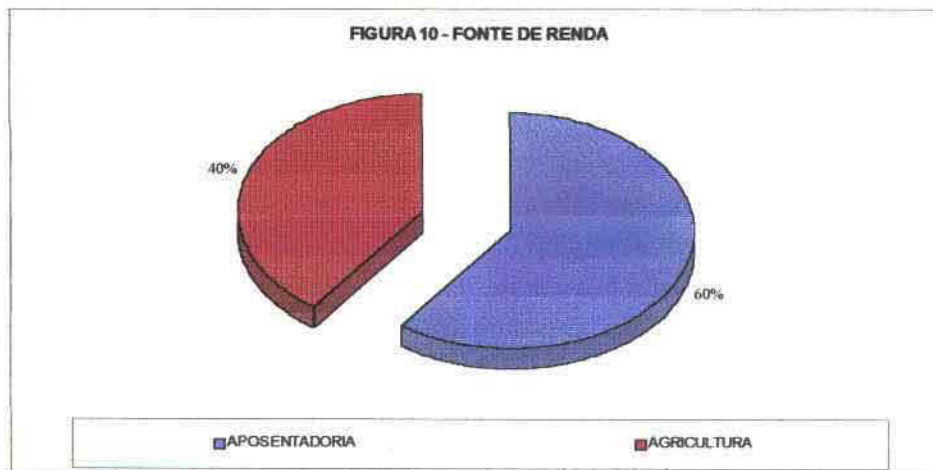


QUADRO 14 - FONTE DE RENDA DOS PROPRIETÁRIOS RESIDENTES

FONTE DE RENDA	NUMERO DE PROPRIETÁRIOS	% EM RELAÇÃO TOTAL
APOSENTADORIA	6,00	60,00
AGRICULTURA	4,00	40,00
TOTAL	10,00	100,00

FONTE: GAIA CONSULTORIA AMBIENTAL – Pesquisa de Campo, 1999.

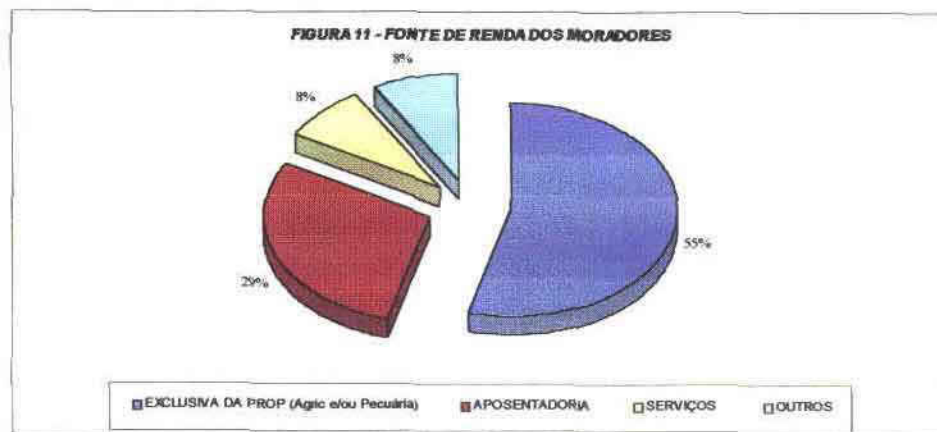
OBS.: O número de proprietários é 10 porque alguns deles tanto possuem aposentadoria como desenvolvem atividade agrícola.



QUADRO 15 - FONTE DE RENDA DOS MORADORES

FONTE DE RENDA	NUMERO DE MORADORES/BENFEITORES	% EM RELAÇÃO TOTAL
EXCLUSIVA DA PROP (Agric e/ou Pecuária)	13,00	54,17
APOSENTADORIA	7,00	29,17
SERVIÇOS	2,00	8,33
OUTROS	2,00	8,33
TOTAL	24,00	100,00

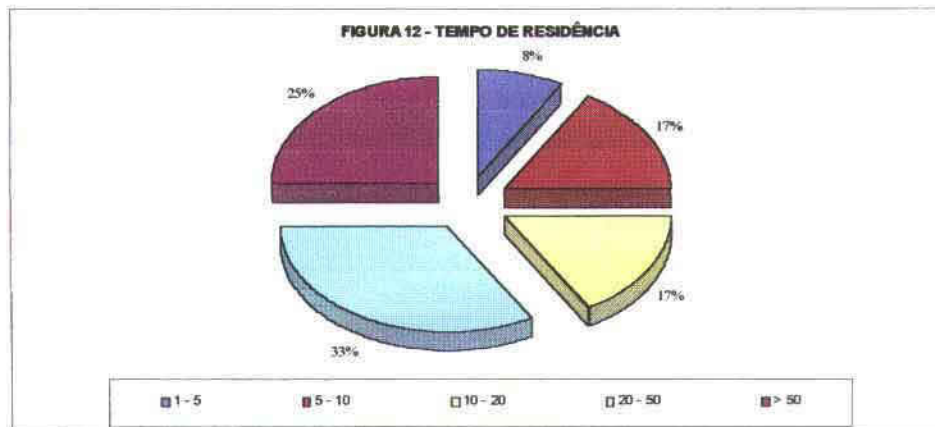
FONTE: GAIA CONSULTORIA AMBIENTAL - Pesquisa de Campo, 1999.



QUADRO 16 - TEMPO DE RESIDÊNCIA DOS MORADORES E BENFEITORES ENTREVISTADOS

TEMPO DE RESIDÊNCIA	NUMERO DE MORADORES/BENFEITORES	% EM RELAÇÃO TOTAL
1 – 5 ANOS	2,00	8,30
5 – 10 ANOS	4,00	16,70
10 – 20 ANOS	4,00	16,70
20 – 50 ANOS	8,00	33,30
> 50 ANOS	6,00	25,00
TOTAL	24,00	100,00

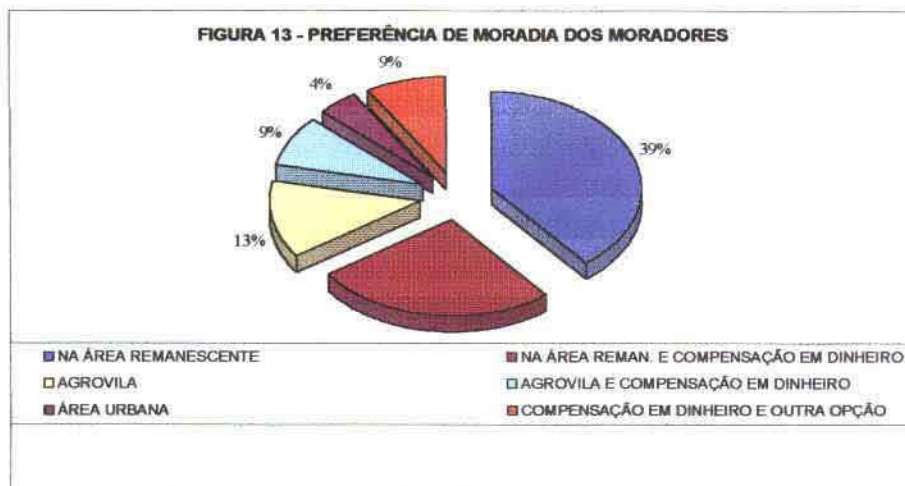
FONTE: GAIA CONSULTORIA AMBIENTAL - Pesquisa de Campo, 1998.



QUADRO 17 - PREFERÊNCIA DE MORADIA DOS MORADORES

OPÇÃO	NUMERO DE PROPRIETÁRIOS	% EM RELAÇÃO TOTAL
ÁREA REMANESCENTE	9,00	37,90
ÁREA REMAN. E COMPENSAÇÃO EM DINHEIRO	6,00	25,00
AGROVILA	3,00	12,50
AGROVILA E COMPENSAÇÃO EM DINHEIRO	2,00	8,30
ÁREA URBANA	1,00	4,20
COMPENSAÇÃO EM DINHEIRO E OUTRA OPÇÃO	3,00	12,50
TOTAL	24,00	100,00

FONTE: GAIA CONSULTORIA AMBIENTAL- Pesquisa de Campo, 1999.





4 - DEFINIÇÕES



4. DEFINIÇÕES

No presente documento, o significado de alguns termos e expressões, não indispensáveis ao entendimento de algumas questões técnicas inerentes ao estudo, são eles:

Atingido

É qualquer pessoa física ou jurídica que sofre ou sofrerá algum tipo de prejuízo com a construção ou operação das obras de saneamento ou obras correlatas.

Beneficiário

É o atingido que faz jus a qualquer tipo de indenização.

Residente

É a pessoa física não residente no imóvel atingido, que não deixa familiares.

Residência

Obras são realizadas no imóvel.

Condição do imóvel

É a situação do imóvel, em área, que é atingida por desapropriação.

Condição do atingido

É a situação do atingido com respeito a seu vínculo com a terra ou a seu vínculo de trabalho no imóvel.



Mezador

É o trabalhador rural, registrado ou não, residente no imóvel, proprietário ou não de hereditâncias.

Herdeiro - cônjuge ou sem hereditária

É a pessoa física - que tem o direito a herança deixada por falecimento do parente.

Esposo

É a pessoa física ou jurídica ocupante de terras e que não detém título legítimo.

Proprietário

É a pessoa física ou jurídica detentora de título legítimo de propriedade.

Ressementado potencial

É o atingido com direito a reassentamento.

Ressementado

É o atingido com direito a reassentamento e que optou por tal benefício.

Indenização total

Valor monetário calculado em função da totalidade das terras e hereditárias.

Indenização parcial

Valor monetário relativo a parte das terras, cônjuge ou sem hereditárias. A área restante, denominada de área remanescente permanecerá com o proprietário.



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Lote agrícola

Porção de terreno, de dimensões variadas, próximo ao aqueduto.

Área rural

Local reservado à construção das casas dos reassentados, escola, área de lazer, etc.

Área reassentamento

O atingido optante pela compensação financeira buscando a solução própria de sua nova moradia que poderá ser na área rural ou urbana.



5 - IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS ATINGIDOS



5. IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS ATINGIDOS

O Levantamento Cafetal e a pesquisa socio-econômica realizada pela GAMA CONSULTORIA AMBIENTAL, possibilitou a formação de um Banco de Dados que auxiliou na caracterização do público objeto do plano de reassentamento, de acordo com os procedimentos do Quadro 10 - Síntese do Manual Operativo para reassentamento elaborado pela SFRH.

As informações originadas dos estudos preliminares abrangem 57 famílias, sendo 23 de proprietárias e 34 de moradoras, beneficiárias e herdeiras. Foram entrevistados todos os ocupantes de áreas de desapropriação, sendo coletou-se informações a respeito dos diversos aspectos de entrevistado, incluindo o social, econômico e suas aspirações com o empobrecimento.

Levando-se em consideração os critérios estabelecidos pela SFRH, as famílias foram reunidas em grupos homogêneos: { Proprietários residentes, Proprietários não residentes, Proprietários residentes nas áreas remanescentes, Espólios, Moradores com beneficiárias, Moradores sem beneficiárias, Beneficiárias, Herdeiros com beneficiárias residentes, e Herdeiros com beneficiárias não residentes }.

Cada grupo a princípio pode receber soluções particulares em função de suas características apresentadas, entretanto em função de aspectos próprios de cada família poderão ser formados subgrupos e consequentemente soluções diferenciadas.



**QUADRO 16 - PROCURS - COMPONENTE DE RECURSOS HÍDRICOS
PROCEDIMENTOS E DEFINIÇÕES PARA REASSIGNAMENTO RURAL**

CONDICIONANTES	CONDIÇÃO DE ACESSO	ÁREA DE ACESSO (em hectares) (PARCELAS ATENDIDAS)	USOS PERMITS						
			Ind. Total Diversa e Residências	Ind. Pasto Terneira e Residências	Pecuária Mantimento cavalos	Ind. Agricultura	Ind. Aquicultura	Outros Uso	Reserva Criação
I - Propriedade ou posse de terreno agrícola	a - Propriedade totalmente atendida	01 - 001 = 00 10000,00	X						
		01 - 002 = 00 10000,00		X		X	X	X	
	b - Propriedade parcialmente atendida (<05)	01 - 003 = 00 10000,00	X	X	X				
		01 - 004 = 00 10000,00	X	X		X	X	X	
	c - Propriedade parcialmente atendida (>05)	01 - 005 = 00 10000,00		X	X				
		01 - 006 = 00 10000,00		X	X	X	X	X	
II - Propriedade ou posse de terreno urbano	a - Propriedade totalmente atendida	01 - 007 = 00 10000,00	X						
		01 - 008 = 00 10000,00	X						
	b - Propriedade parcialmente atendida (<05)	01 - 009 = 00 10000,00	X	X	X				
		01 - 010 = 00 10000,00	X	X	X				
	c - Propriedade parcialmente atendida (>05)	01 - 011 = 00 10000,00		X	X				
		01 - 012 = 00 10000,00		X	X				
III - Moradia - posse de terreno - atendimento parcial	a - Com habitação	01 - 044 = 00 5000,00		X		X			
		01 - 045 = 00 5000,00		X		X	X	X	
	b - Sem habitação (reserva para moradia em área)	-				X	X	X	
IV - Reservas	a - Com habitação	-	X						
V - Implantação	a - Com habitação	-							X

* X significa que o uso pode realizar com ou sem área de reserva, segundo condições, principalmente caso.



**QUADRO DE AÇÕES DE
RELAÇÃO SOCIAL DO ATIVIDADE PLO/2008**

Ordem de Prioridade	Objeto do Projeto	Beneficiário do Projeto	Forma de Implementação	Data Início	Data Término	Valor em R\$	Valor em R\$	Valor em R\$	Valor em R\$	Valor em R\$	Mês de Execução			Valor em R\$	Valor em R\$	Valor em R\$
											Jan	Fev	Mar			
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50



**ACRÉDITO
QUINZIL - CONTINUAÇÃO
RELAÇÃO DEBEM, POR ESTADOS DE ORIGEM**

Cód. Cont.	Código do Débito	Código do Crédito	Descrição do Débito (Estorno)	Cód. Conta Débito	Valor Débito	Valor Total	Valor J.T.	Valor Resíduo em Débito	Valor Resíduo em Crédito	Saldo em Débito			Valor em Crédito	Saldo em Crédito		
										in	de Débito	de Crédito		Valor Total	Valor Resíduo	Valor
110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126
Total					887.000	887.000	0,00	887.000	0,00	0	0	0	0	887.000	887.000	887.000

Fonte: SPC - SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITOS

- Legenda**
- PR (PAR) - Proprietário/Parceiro (Área Permanente)
 - PR - Proprietário Residente
 - PRR - Proprietário/Parceiro Residente
 - MR - Morador sem Beneficiário
 - MRB - Morador com Beneficiário
 - MRBPR - Morador com Beneficiário Residente
 - MRBPRR - Morador com Beneficiário Não Residente
 - B - Benefício
 - AL - Área de Lote
 - AT - Área Total
 - TA - Totalmente Atendida
 - PA - Parcelamento Anulado

BIBLIOTECA



5.4 - GRUPOS HOMOGÊNEOS

O Quadro 19 contém as informações gerais a respeito de todos os integrantes da base tributária do IPI do Fiel. A seguir foram separados nos seguintes grupos homogêneos:

5.4.1 - Proprietários

Os 22 proprietários foram agrupados nos seguintes grupos homogêneos:

Espólios (Quadro 20): 08 proprietários

Proprietários incidentes (Quadro 21): 08 propriedades

Proprietários não residentes (Quadro 22): 10 propriedades

Proprietários residentes nas áreas remanescentes (Quadro 23): 01 proprietário

Em relação à condição de imóvel, as propriedades classificam-se em:

Total de propriedades: 22

Nível de desapropriação:

= 20: 18

< 20: 03

Totalmente atingidas: 03

a) Espólios – Quadro 20

Todos os espólios têm valores de indenização menor que R\$ 12.000,00, mas somente um tem sua casa inundada (código 7). Nos espólios de código 3 e 2000.100.2 não existem famílias residentes. Porém, os espólios de código 2 e 7 possuem respectivamente 10 e 4 famílias residentes. Contudo, no imóvel de código 2 apesar de 10 famílias familiares residentes, a área remanescente da propriedade será de 47,83 ha. Dependendo da natureza do solo é previsível que venha atingir algumas dessas famílias, pois sempre prevalecerá a vontade das famílias de residirem em suas propriedades. Vale



ressaltar que 4 das famílias receberão indenização maior do que R\$ 12.000,00, ficando numa situação bem melhor perante as demais famílias.

b) Proprietários residentes – Quadro 21

Entre os 6 proprietários residentes, 4 terão valores de indenização maior do que R\$ 12.000,00. Aos 2 restantes (códigos 9 e 12) sobrará área remanescente suficiente para a solução dos problemas advindos da desapropriação. Contudo, convém salientar que no imóvel de código 9 existem 4 famílias de moradores com beneficiárias, as quais serão ressarcidas.

c) Proprietário residente na área remanescente – Quadro 22

A indeniza propiciada será atingida de forma parcial (>2/3) e o valor será abaixo de R\$ 12.000,00. Porém, a área remanescente será de 26,24 ha, ou seja, 91% da área total.

d) Proprietários não residentes – Quadro 23

Um total de 10 propriedades estão situadas nesta categoria e somente 2 serão totalmente atingidas. Vale ressaltar que somente no imóvel de código 15 residem 2 famílias brasileiras e a área remanescente será de 17,10 ha.



**ACUDE PAÉ
QUADRO 35
RELACÃO DOS ESPÉCIES ATINGIDAS PELO ACUDE**

N.º da espécie	N.º de indivíduos	Espécie de origem	Nome da espécie (Português)	Pais de origem	Alt. em metros	Esp. em anos	Esp. (%)	Esp. Acumulada (ano)	N.º de indivíduos	Esp. em anos			Esp. Acumulada	Esp. em anos	Esp. em anos		Total
										1º	2º	3º			1º	2º	
304	1	Espécie	Nome da espécie (Português)	1	100,00	10,00	10,00	10,00	10	1	0	0	10	0	0	0	10,00
305	2	Espécie	Nome da espécie (Português)	2	100,00	50,00	50,00	50,00	20	2	0	0	20	0	0	0	100,00
306	3	Espécie	Nome da espécie (Português)	3	100,00	33,33	33,33	33,33	30	3	0	0	30	0	0	0	100,00
307	4	Espécie	Nome da espécie (Português)	4	100,00	25,00	25,00	25,00	40	4	0	0	40	0	0	0	100,00
308	200	Espécie	Nome da espécie (Português)	5	20,00	10,00	10,00	10,00	200	0	0	0	0	0	0	0	20,00
TOTAL				18	100,00	144,00	144,00	144,00	300	0	0	0	0	0	0	0	144,00

RIO DE JANEIRO, 15 de Novembro de 1988.



GRUPO 21
RELACÃO DOS PROPRIETÁRIOS RESIDENTES ATINGIDOS PELO AGUDE

Nº de Imóvel	Tamanho do Imóvel	NOME PROPRIETÁRIO	Nº de Imóvel Atingido	Área Total	Área em m²	Área em m²	Área em m²	Área em m²	Área em m²	SITUAÇÃO DO IMÓVEL			Área em m²	Área em m²	Área em m²		
										EX	SI	SI			Área em m²	Área em m²	Área em m²
001	74	VALBANO ALVES DE FREITAS	1	140,00	30,00	21,47	100,00	40	-	X	-	X	-	4.000,00	20.000,00	20.000,00	
002	74	LEILA HELOISA DE OLIVEIRA	4	40,00	10,00	41,71	20,71	11	-	X	-	X	X	1.000,00	5.000,00	5.000,00	
003	74	ANTONIO CARLOS DE FREITAS	1	20,00	20,00	24,38	3,00	00	-	-	X	X	-	1.000,00	10.000,00	10.000,00	
004	74	FRANCISCO SOARES DE ALMEIDA	1	20,00	10,00	10,70	10,00	00	-	X	-	X	X	1.000,00	5.000,00	5.000,00	
005	170	LEILA HELOISA DE OLIVEIRA	2	70,00	30,76	62,62	30,00	40	-	X	-	X	-	4.000,00	20.000,00	20.000,00	
006	74	ARILDO OLIVEIRA DA SILVA	1	30,00	10,00	40,71	10,00	40	-	X	-	X	-	2.000,00	10.000,00	10.000,00	
TOTAL			11	260,00	100,76	180,84	200,70	100	00	01	00	02	10.000,00	50.000,00	50.000,00		

FORTE LEZA, Pernambuco, Outubro de 2004.



ANEXO III
ANEXO II
RELACÃO DOS PROPRIETÁRIOS RESIDENTES NAS ÁREAS REMANESCENTES

N.º do Imóvel	Número do Imóvel	Nome do Imóvel	Nome do Proprietário	Área Parcela (m²)	Área Total (m²)	Área de Uso (m²)	Área de Reserva (m²)	Total (m²)	Parcela (m²)			Área Total (m²)	Área de Reserva (m²)	Área de Reserva (m²)		
									Área de Reserva (m²)	Área de Reserva (m²)	Área de Reserva (m²)			Área de Reserva (m²)	Área de Reserva (m²)	
001	0001-1001	PRDAR	ALDOJO JOSE DE OLIVEIRA	1	58,00	21,04	37,00	38,04	0	0	0	0	0	1.042,00	1.042,00	500,00
TOTAL				1	58,00	21,04	37,00	38,04	0	0	0	0	0	1.042,00	1.042,00	500,00

Fonte: DDT Licenciamento Ambiental, 1999

M. P. P. P. P.



ACQUILA S/A
GRANJO 20
RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS NRC RESIDENTES ATINGIDOS PELO ACQUA

Cód. do Imóvel	Número do Imóvel	Proprietário do Imóvel	Nome do Imóvel (Residência)	Área Construída (m²)	Área Total (m²)	Área de Uso (m²)	Área de Uso (m²)	Área de Uso (m²)	Área de Uso (m²)	Área de Uso (m²)	Benefícios ambientais					Totais (R\$)		
											Área de Uso (m²)	Área de Uso (m²)	Área de Uso (m²)	Área de Uso (m²)	Área de Uso (m²)	Valor Total	Valor Benefícios	Total
001	494-1	FMR	RAMONDO GALO PEREIRA D. 018	0	18,00	8,28	82,40	8,28	0	-	8	-	-	-	-	803,00	0,00	803,00
002	8	FMR	FRANCISCO LUIZ DE FREITAS	0	42,70	8,77	88,88	8,78	0	-	8	-	-	-	-	1.080,00	2.780,00	3.860,00
003	8	FMR	FRANCISCO LUIZ DE FREITAS	0	30,00	16,70	88,07	8,28	0	-	8	-	-	-	-	1.100,00	2.150,00	3.250,00
004	11	FMR	SILVANO JOSÉ DE AQUINO	0	3,00	2,50	88,00	8,28	0	8	-	-	-	-	-	1.040,00	0,00	1.040,00
005	11	FMR	SILVANO JOSÉ DE AQUINO	0	34,00	8,10	88,78	8,28	0	-	8	-	-	-	-	1.080,00	882,71	1.962,71
006	11	FMR	RICARDO PEREIRA DE MACHADO	0	64,70	8,20	8,00	88,88	0	-	8	-	-	-	-	880,00	0,00	880,00
007	15	FMR	EUCLIDES MARCOLINO DA SILVA	0	27,00	20,80	88,88	17,18	0	-	8	-	-	-	-	2.400,00	0,00	2.400,00
008	15	FMR	SILVANO JOSÉ DE AQUINO	0	38,00	18,80	88,78	20,80	0	-	8	-	-	-	-	1.800,00	2.280,00	4.080,00
009	18	FMR	JOSÉ JOSAFAT DE SOUZA	0	8,00	0,00	88,00	0,00	0	X	-	-	-	-	-	300,00	980,00	1.280,00
000	0001	FMR	JOSÉ JOSAFAT DE SOUZA	0	38,00	11,20	47,88	18,88	0	-	8	-	-	-	-	1.800,00	8.800,70	11.600,70
Total				0	441,00	88,00	88,00	888,00		88	88	88	88	88	88	11.880,00	24.880,00	36.760,00

FORM 016, Levantamento Cadastral, 1990



3.1.2 - Beneficiários/Moradores/Herdeiros

Os 35 moradores foram agrupados nos seguintes grupos homogêneos:

Beneficiários (Quadro 24): 04

Moradores com beneficiários (Quadro 25): 05

Moradores sem beneficiários (Quadro 26): 02

Herdeiros com beneficiários residentes (Quadro 27): 17

Herdeiros com beneficiários não residentes (Quadro 28): 07

a) Beneficiários – Quadro 24

São em número de 4 e portanto não fazem parte do público de reassentamento.

b) Moradores com beneficiários – Quadro 25

Admitiu-se que em face do baixo valor de indenização, os 5 moradores fazem parte do público de reassentamento.

c) Moradores sem beneficiários – Quadro 26

Existem somente 2 moradores nessa situação, sendo portanto candidatos ao reassentamento.

d) Herdeiros com beneficiários residentes – Quadro 27

São em número de 17 os herdeiros dessa categoria, porém 4 recebem valores superiores a R\$ 12.800,00, de modo que terão condições financeiras de resolverem seus problemas, uma vez que se sabe o quanto é importante para eles a posse da terra em face da tradição de residirem no campo. Esses 4 juntamente com mais 6 residem no imóvel de código 9 cuja área remanescente será de 67,83 ha. Somente após as reuniões comunitárias será possível definir as suas opções. A situação se apresenta com uma maior complexidade no imóvel de código 7, pois a área remanescente será de apenas 1,58 ha, restando 4 famílias de herdeiros.

e) Herdeiros com beneficiários não residentes – Quadro 28

São em número de 7 os herdeiros dessa categoria, porém por não residirem na área não fazem parte do público de reassentamento.



ACUDE FAS
QUADRO 34
RELACÃO DOS BENEFITÓRIOS ATINGIDOS PELO ACUDE

Cód. Insal	Nome do Beneficiário	Qualificação do Beneficiário	Instituição Beneficiária	Vale Aluguel	Vale Transporte	Vale Alimentação	Vale Saúde	Vale Educação	Vale Cultura	Vale Recreação	Vale Convalescença	Salário				
												Faixa	Valor	Porcentagem		
2001 04	Mendonça	JOÃO CARLOS DE FREITAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	A	-	2.000	3.000,00	3.000,00
2002 06	Mendonça	FRANZ MARCO GIACOMINI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000	1.600,00	1.600,00
2003 07A	Mendonça	JOÃO FELIPE DE SAUS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	A	-	2.000	1.600,00	1.600,00
2004 07B	Mendonça	STANISLÃO CARMONDINO DE SAUS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	A	-	2.000	1.600,00	1.600,00
TOTAL				0,00	0,00	0,00	0,00	00	00	00	00	00	-	2.000	1.600,00	1.600,00

FOURTE - 24/04, Lavagem de Calçada - 1998

**AGUDE FAF
GRUPO 28****RELACÃO DOS MORADORES COM BENEFÍCIOS Atingidos pelo AGUDE**

CPF do Cidadão	Título de Eleitor	Residência no Agude	Nome do Beneficiário Beneficiário	CPF do Beneficiário Beneficiário	Renda Mensal	Renda Anual	Renda Mensal (R\$)	Renda Anual (R\$)	Valor Benefício	Benefícios recebidos			Valor do Benefício	Data do Benefício	Benefícios em 2014		Total
										INSS	PREVIDENCIÁRIO	OUTROS			Valor	Data	
081	BA	BAIRRO	MARINHO PEREIRO AGUDE	1	0,00	0,00	0,00	26,77	30	-	-	-	0,00	0	0	0,00	0,00
082	BA	BAIRRO	1,000 COLONIA DO AGUDE	1	0,00	0,00	0,00	26,77	30	-	-	-	0,00	0	0	0,00	0,00
083	BA	BAIRRO	REABILITADO DO COM. PLANTIO DO AGUDE	1	0,00	0,00	0,00	26,77	30	-	-	-	0,00	0	0	0,00	0,00
084	BA	BAIRRO	COM. ALVARO PEREIRO DO AGUDE	1	0,00	0,00	0,00	26,77	3	-	-	-	0,00	0	0	0,00	0,00
085	BA	BAIRRO	COM. ALVARO PEREIRO DO AGUDE	1	0,00	0,00	0,00	26,77	30	-	-	-	0,00	0	0	0,00	0,00
TOTAL				5	0,00	0,00	0,00	-	0	30	30	30	0,00	0	0	0,00	0,00

FORM 184 - Levantamento Cadastral, 1999



ACUDE/EAÉ
QUADRO 26
RELAÇÃO DOS MONADORES SEM BENEFITÓRIAS ATINGIDAS PELO ACUDE

Cód. Cliente	Cód. de Área	Código do Serviço	Nome Beneficiário	Vale Beneficiário	Vale Total	Vale em Uso	RCP (R\$)	Vale Remanescente	Total Beneficiários	Beneficiários			Total Beneficiários	Vale em Uso	Vale Remanescente	
										Ativo	Inativo	Em Abandono				
001	001	MSB	WILSON RICARDO DA SILVA	1	0,00	0,00	0,00	20,00	1	-	-	-	1	0,00	0,00	0,00
001	01	MSB	FRANCISCA MARIA DE JESUS	1	0,00	0,00	0,00	17,00	01	-	-	-	1	0,00	0,00	0,00
TOTAL				2	0,00	0,00	0,00	37,00	02	00	00	00	02	0,00	0,00	0,00

Fonte: São Leopoldo, Setembro 2005.



**AGUIDE FÁB
QUADRO 21**
RELAÇÃO DOS HERDEIROS COM BENEFÍCIÁRIAS RESIDENTES ATENDIDAS PELO AGUIDE

Ordem	Nome do Herdeiro	Cargo do Herdeiro	Nome completo Beneficiária	Idade do Beneficiário	Sexo	Data de Nascimento	Idade	CPF	Valor Benefício (R\$)	Benefício Mensal			Benefício Anual	Benefício Total	Data		
										IN	PL	PS					
001	01*	FICHA	ELIZAPATO JOSÉ DE SOUZA	1	F	02/06/1950	57,54	95	-	-	-	0	-	0,00	46.918,74	46.918,74	
001	000	FICHA	JOÃO JOSÉ DE SOUZA	1	M	02/06/1950	57,54	95	-	-	-	0	X	0,00	1.000,00	2.000,00	
002	02*	FICHA	JOSÉ CARLOS SILVA DE SOUZA	1	M	02/06/1950	57,54	95	-	-	-	0	X	0,00	1.000,00	1.100,00	
002	000	FICHA	OSVALDO JOSÉ DE SOUZA	1	M	02/06/1950	57,54	95	-	-	-	0	X	0,00	10.974,95	10.974,95	
002	000	FICHA	IRACELINO LUIZ DE SOUZA	1	M	02/06/1950	57,54	95	-	-	-	0	X	0,00	1.000,00	1.000,00	
002	000	FICHA	FRANCISCO BELCHINI ASSUNÇÃO	1	M	02/06/1950	57,54	95	-	-	-	0	X	0,00	1.000,00	1.000,00	
002	000	FICHA	FRANCISCA LUIZ DE SOUZA	1	F	02/06/1950	57,54	95	-	-	-	0	X	0,00	1.000,00	1.000,00	
002	000	FICHA	JOSÉ CARLOS DE SOUZA	1	M	02/06/1950	57,54	95	-	-	-	0	X	0,00	11.000,00	11.000,00	
002	000	FICHA	ANTÔNIO ALVES DE SOUZA	1	M	02/06/1950	57,54	95	-	-	-	0	X	0,00	1.000,00	1.000,00	
002	000	FICHA	OSVALDO JOSÉ DE SOUZA	1	M	02/06/1950	57,54	95	-	-	-	0	X	0,00	11.000,00	11.000,00	
011	01*	FICHA	JOSÉ ALVES DE SOUZA	1	M	02/06/1950	57,54	95	-	-	-	0	X	0,00	4.000,00	4.000,00	
012	02*	FICHA	FRANCISCO LUIZ DE SOUZA	1	M	02/06/1950	57,54	95	-	-	-	0	X	0,00	1.000,00	1.000,00	
012	000	FICHA	JOSÉ CARLOS DE SOUZA	1	M	02/06/1950	57,54	95	-	-	-	0	X	0,00	1.000,00	1.000,00	
012	000	FICHA	JOSÉ FRANCISCO DE SOUZA	1	M	02/06/1950	57,54	95	-	-	-	0	X	0,00	1.000,00	1.000,00	
012	000	FICHA	ANTÔNIO MARCELINO DE SOUZA	1	M	02/06/1950	57,54	95	-	-	-	0	X	0,00	1.000,00	1.000,00	
012	000	FICHA	JOSÉ CARLOS DE SOUZA	1	M	02/06/1950	57,54	95	-	-	-	0	X	0,00	1.000,00	1.000,00	
012	000	FICHA	OSVALDO JOSÉ DE SOUZA	1	M	02/06/1950	57,54	95	-	-	-	0	X	0,00	1.000,00	1.000,00	
012	000	FICHA	OSVALDO JOSÉ DE SOUZA	1	M	02/06/1950	57,54	95	-	-	-	0	X	0,00	1.000,00	1.000,00	
TOTAL				11	F	02/06/1950	57,54	95	0	0	0	0	0	0	0,00	100.000,00	100.000,00

POWER SBT, São Leopoldo, Setembro, 2008

250000

ACUDE PAZ
QUADRO 28

RELACÃO DOS HERDEIROS COM BENEFICIÁRIAS NÃO RESIDENTES ATINGIDOS PELO ACUDE

Ordem de Arrolação	Grupos de Arrolação	Situação de Arrolação	Beneficiário Beneficiária	Por cento de Arrolação	Por cento de Legado	Por cento de Legado	Por cento de Legado	Por cento de Legado	Por cento de Legado	Por cento de Legado			Por cento de Legado	Por cento de Legado	Valor em R\$		
										Por cento de Legado	Por cento de Legado	Por cento de Legado			Valor em R\$	Valor em R\$	
001	01*	FOMEA	BARBARILHA MATHIAS	5	0,00	0,00	0,00	0,00	50	-	-	-	5	-	0,00	10.000,00	10.000,00
002	01B	FOMEA	FREDERICO MATHIAS MATHIAS	5	0,00	0,00	0,00	0,00	50	-	-	-	5	-	0,00	10.000,00	10.000,00
003	02*	FOMEA	BARBARILHA MATHIAS	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0	-	-	-	5	-	0,00	2.000,00	2.000,00
004	02	FOMEA	JOSUELA JOSE DE FREITAS	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0	-	-	-	5	-	0,00	1.000,00	1.000,00
005	03	FOMEA	JOSUELA LEONILHA DE FREITAS	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0	-	-	-	5	-	0,00	1.000,00	1.000,00
006	13B	FOMEA	LEONILHA MATHIAS	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0	-	-	-	5	-	0,00	1.000,00	1.000,00
007	05A	FOMEA	FREDERICO MATHIAS DE OLIVEIRA	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0	-	-	-	-	-	0,00	2.000,00	2.000,00
TOTAL				5	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	0	0	0,00	21.000,00	21.000,00

FORMA: 004, Livroamento-Cadern. 1000



8.1.3 - DEFINIÇÃO DO PÚBLICO ALVO DO REASSENTAMENTO

Do público estudado, e de acordo com os procedimentos estabelecidos pela FAPESP, existem potencialmente na área 11 famílias propensas a aquisição de lotes agrícolas e casa em agrária ou área urbana, sendo 5 moradores com besteiras, 2 moradores sem besteiras e 4 famílias de herdeiros residentes (artigo 7), pois a área remanescente é de apenas 1,58 ha. Mas esse número poderá variar em decorrência do maior conhecimento a respeito das famílias reassentadas, o que ocorrerá por ocasião das reuniões comunitárias.

Por ocasião da assinatura dos termos de apoio ao reassentamento, outra modalidade de reassentamento, poderá ser discutida com a comunidade, que tem como característica o recebimento de indenização com valor suficiente para o auto-deslocamento. Essa modalidade é conhecida como auto-reassentamento.



8 – PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

II - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

A participação da população a ser atingida pela construção do açude Frei é fundamental para o sucesso das ações a serem desenvolvidas posteriormente com a execução do plano de reassentamento.

A primeira etapa de participação da população é que serve como base para todo o restante dos trabalhos, é realizada na elaboração do levantamento catastral, onde cada pessoa envolvida acompanha os trabalhos visando garantir a sua inclusão no levantamento de acordo com a situação em que se encontra na área de bacia hidrográfica do futuro açude, e também fornecendo as informações necessárias para que todos os beneficiários sejam levantados e tenham fixamente valor de indenização a ser recebida por ocasião do pagamento das indenizações.

Outra etapa subsequente da participação da comunidade é verificada na pesquisa socio-econômica, envolvendo todo público atingido residente ou não na área de bacia hidrográfica do açude. Através dessa pesquisa pode-se obter informações mais detalhadas necessárias ao detalhamento do plano de reassentamento, mais precisamente na seleção dos beneficiários.

Etapas seguintes a essas são necessárias para complementar as informações adicionais que definirão os beneficiários, na área de reassentamento e o modo de intervenção do órgão empreendedor. Reunião como a que foi realizada na localidade de Santa Maria (Rio em Areia), onde procurou-se estabelecer a população atingida sobre a metodologia a ser desenvolvida para a implantação do plano de reassentamento e diretrizes a respeito de todo o processo de construção-da barragem Frei.

Posteriormente, serão realizadas reuniões visando tratar as seguintes providências: Discussão sobre as áreas selecionadas para o reassentamento, Levantamento das preferências de moradia, e assinatura dos termos de opção.



7 - ALTERNATIVAS DE ÁREAS PARA REASSENTAMENTO RURAL



T - ALTERNATIVAS DE ÁREAS PARA REASSENTAMENTO RURAL.

O processo de seleção objetiva principalmente a verificação da potencialidade das solos existentes nas áreas próximas ao sítio a ser formado e a junção do barramento e também a pesquisa "in loco" visando identificar grandes propriedades e áreas de terras pouco movimentadas.

Foi realizada fotointerpretação de áreas onde destacaram-se manchas de solos de boa aptidão agrícola.

Com a utilização da fotointerpretação e visita de campo, foram selecionadas três áreas, onde procurou-se nesse tipo de solo encontrar as partes com relevo menos acidentado e preferências a um número pequeno de proprietários, dessa forma, em cada mancha de solo levantada encontra-se respectivamente as seguintes propriedades:

Área 01: Fazenda Caraubinha

Proprietário: Espólio de José Máthias Freitas

Área: 25,00

Localização: Está localizada a aproximadamente 2,8 km do sítio barrial, na margem esquerda do Rio Pied.

Observações:

- A área é caracterizada em sua parte por relevo plano.
- À margem do acesso carroçável que liga Guaxetú ao Distrito de Santo Antônio.
- Parte desmatada.
- Fazendeiros não residem na área e estão dispostos à negociação.
- Provavelmente a área pode ser parcialmente utilizada com junco de solo para o corpo do barramento.

Área 02: Fazenda Argemir

Proprietário: Valdeano Alves de Freitas e Outros

Área: 80,00ha



Localização: Está localizada e aproximadamente 5,0 km de eixo barrial, na margem esquerda do Rio Fuiá.

Observações:

- A área é caracterizada em boa parte por relevo plano.
- As margens de acesso carroçável que liga Quilô 6 ao Distrito de São Antônio.
- Familiares residentes na área e estão dispostos à negociação.

Área 03: Fazendas na Localidade de Carneantina

Proprietário: Wílton

Área: 40,08 ha

Localização: Está localizada na margem direita do Rio Fuiá.

Observações:

- A área é caracterizada em boa parte por relevo plano.
- Não possui acesso carroçável e energia
- Familiares não residem na área e não a utilizam, pois usam somente as áreas de pastos.

7.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS SOLOS DAS ÁREAS DE REASSENTAMENTO

7.1.1 - INTRODUÇÃO

A identificação físico/morfológica dos solos das áreas para reassentamento teve por base Levantamento Exploratório Reconhecimento dos Solos do Estado do Ceará, bem como dados morfológicos obtidos através de fotografias aéreas em cada área para melhor caracterizar os solos existentes.

7.1.2 - METODOLOGIA

Fotografias de aerofotia na escala 1:40.000

Aquisição sobre os mapas das informações relativas aos dados morfológicos do solo.

Aquisição sobre o mapa de demarcação identificando a poligonal de cantoneira

Elaboração da Legenda preliminar classificatória dos solos

88



Descrição sumária das classes de solos identificadas,

3.1.3 - SOLOS

Foram identificadas duas associações de solos:

Podzólico Vermelho – Amarelo + Solos Litólicos

DESCRIÇÃO DAS CLASSES DE SOLOS IDENTIFICADAS:

As três áreas escolhidas estão representadas por estas classes de solos, que são descritas a seguir.

a) Podzólico Vermelho-Amarelo

Compreendem solos com horizonte B textural, não hidromórficos, com baixa de atividade baixa. Apresentam de média a alta fertilidade natural, baixa saturação com alumínio, baixa acidez, bem como conteúdo mineralógico que encerra comumente quantidades significativas de minerais primários facilmente decomponíveis, os quais constituem fontes de nutrientes para as plantas.

b) Solos Litólicos

Compreendem solos pouco desenvolvidos, mas a muito raras, possuindo apenas um horizonte A espessado diretamente sobre a rocha B, ou sobre os materiais desta rocha em grau avançado de intemperização, constituindo-se um horizonte C com muitos materiais primários e blocos de rochas semi-intemperizadas de diversas variedades, sobre a rocha subjacente muito pouco intemperizada ou compacta-R.

A unidade representada por estes solos abrange a todas as áreas. O primeiro componente localiza-se nas colinas mais elevadas, enquanto que o segundo componente situa-se nas colinas mais baixas. São solos originários do granito, riolítico e gnáiss. Estão enquadrados no clima tipo *Aw*to (classificação de GAUSSCEN) e *BSh* (classificação de KÖPPEN). A vegetação é caracterizada pela *Casahuate* *spensolita* e o uso atual está



resiliente às culturas de subsistência, especialmente o milho e o feijão. A pecuária extensiva tem expressão nas áreas.

7.1.4 - LEGENDA DE IDENTIFICAÇÃO DO MAPA DE SOLOS

PE - Associação de: PODZÓLICO VERMELHO-AMARELO + SOLOS
LITÓLICOS, ambas castiças hiperarídicas relevo suave ondulado e acidentado.



3 – ESCOPO DO DETALHAMENTO DO PLANO DE REASSENTAMENTO

8 - ESCOPO DO DETALHAMENTO DO PLANO DE REASSENTAMENTO

Após a apresentação e aprovação das áreas pré-selecionadas e do contingente geral das famílias a serem reassentadas, o convênio passará a realizar a Segunda etapa da elaboração do plano de reassentamento, onde participando conjuntamente, técnicos comunitários, população envolvida, técnicos da SPH e técnicos da consultoria. Nessa fase será estabelecido o detalhamento do plano de reassentamento onde constará todo o programa de execução do reassentamento rural e-urbano reassentamento.

Esta etapa constará das seguintes etapas:

- Pesquisa das opções das alternativas
- Reuniões comunitárias para definição de opções de locais
- Interações
- Determinação do tamanho das áreas agrícolas em função da força de trabalho familiar
- Descrição física da área de reassentamento
- Características topográficas
- Características pedológicas
- Fontes hídricas
- Rede elétrica e de esgoto
- Parcelamento agrícola
- Concepção urbanística da agrovila
- Edificações e equipamentos sociais
- Áreas verdes e institucionais
- Sistema viário
- Saneamento
- Abastecimento de água
- Abastecimento elétrico
- Recuperação da rede dos reassentandos
- Plano de produção agrícola em processo¹
- Associações
- Análise beneficiária do projeto



- Matriz Institucional com detalhamento por etapa
- Orçamento das obras
- Cronograma físico-financeiro do projeto

ANEXOS

- Planta do parcelamento agrícola
- Planta da agrovila
- Planta das edificações



S – SEGURANÇA E PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO

91

Av. Desembargador Moreira, 2020, sala 401, Aldeia, CEP. 66.170-000, Fortaleza-Ce
Tel: (081) 204-8880

00/005



8 - SEGURANÇA E PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO

8.1 – GENERALIDADES

Existem várias razões, para que os reassentados fiquem mais expostos a riscos decorrentes do empreendimento, do que o restante da população dessa área.

Entre elas, podemos destacar algumas:

1. A presença e a circulação de pessoas, próximo dos caminhos de acesso, devido estímulos ainda, atividades ligadas à agropecuária na área do reservatório, mesmo com o início das Obras;
2. Para fazerem parte dos grupos de trabalhos temporários nas obras, os reassentados e atingidos involuntários, têm prioridade para assumirem esses vagas, pois geralmente apresentam baixo nível de qualificação profissional e de escolaridade, ocasionando portanto segurança de trabalho;
3. Devido ao ritmo acelerado das obras, necessita – se de um curto período de adaptação às novas situações de riscos, para aqueles que irão trabalhar.

Portanto, com tudo que foi exposto, esperamos os seguintes cuidados:

8.2 – EQUIPE DE SEGURANÇA DE TRABALHO

A empreiteira deve manter uma equipe de segurança de trabalho com participação em toda a área em que está sendo desenvolvida as atividades ocasionadas pelo empreendimento; Essa equipe deverá ser chefiada por um profissional habilitado (Técni Superior), com experiência na área, e tendo trabalhando junto a ele, auxiliares para fazer a fiscalização da segurança dos trabalhadores.

8.3 – AMBULATÓRIO E EQUIPE DE PRIMEIROS SOCORROS

É necessário que exista na obra um ambulatório equipado para primeiros socorros, incluindo um veículo adaptado ao transporte de acidentados, e uma equipe de saúde que deverá ser devidamente capacitada a atender todos os casos que possa ocorrer nas obras, bem como conhecer o local de atendimento médico, mais próximo.



9.4 – PREVENÇÃO DAS ATIVIDADES DE RISCO

9.4.1 - Circulação de Veículos e Máquinas

Como haverá tráfego de máquinas e veículos ao longo das vias de acesso à obra, deve – se tomar medidas de segurança, tais como:

- Cercar áreas de tráfego perigosas, especialmente das praças de serviço;
- Utilizar frechos e placas com muita precaução, facilitando assim a respiração e o visão-de quem está trabalhando;
- Evitar áreas onde haja água estagnada;
- Sinalizar com placas de advertência e/ou por sinais acústicos devidamente treinados;
- Constantizar os condutores, e implantar um sistema de premiação e penalidades por conduta e produtividade para eles;
- Sempre que poder, fazer a rápida remoção de veículos e máquinas que estiverem queimados;
- Alvará das emissoras de rádio mais próximas do local, devem ser feita a Advertência à população sobre a obra.

9.4.2 - Manutenção de Veículos e Máquinas

As principais causas de acidentes, são devido ao uso de veículos e máquinas em estado precário e sem manutenção, por isso deve – se dar muita atenção aos seguintes itens:

- Freios e esternas;
- Sistemas de suspensão, direção e freios;
- Bombas injetoras e lubrificantes;
- Sistemas de escape, com respeito a emissões de fumaça e ruído.

9.4.3 - Armazenamento e Manuseio de Combustíveis e Explosivos

Os veículos que transportam combustível, lubrificantes e outros derivados de petróleo, devem ser equipados contra incêndios e com placas de identificação, de acordo com o Código Nacional de Tráfego, não devendo haver improvisações, evitando assim,



recipientes ou demarcação que possam causar incêndios e a contaminação do solo. Os trabalhadores devem usar roupas e vestuário adequado, para o manuseio com derivados de petróleo e não deve ser permitida o manuseio de tanques nem a transferência por baldes. Isso – se ainda for – a calçada de remover do local materiais impróprios (estopas, tecidos, papel ...), como medida de prevenção.

O cuidado com os explosivos também é de fundamental importância, onde o seu transporte deverá ser feito em veículos próprios e rotulados, dotados de equipamentos contra incêndio. O local de armazenamento deve sempre ficar em áreas afastadas e o terreno deverá ter conformação, a fim de evitar a propagação horizontal de ondas de choque, em caso de acidente com explosão. Não se deve armazenar ou transportar os explosivos principais junto com esportivas ou outros detonantes num mesmo veículo ou veículo.

As áreas de trabalho, onde sejam explosivos, devem estar cercadas, vigiadas e ter aviso de advertência, bem como deve-se determinar os horários e obedecer os costumes da região, como também deverá ser associada previamente as explosões através de sinais sonoros ou síncros.

Não deverão também, deixar de cuidar em todas as áreas de armazenamento de derivados de petróleo, bem como de explosivos; sulfonares de pó químico em quantidades suficientes e com prazo de validade atualizado.

3.4.4 - Armazenamento e Manejo de Materiais de Construção

Deve-se ter bastante cuidado com o manejo de materiais, desde a sua estocagem até o manuseio dos operários, onde os mesmos devem usar luvas, calçados de segurança e principalmente capacetes adequados.

Todo material deve ser colocado em forma de pilhas, bem ventiladas, separadas por cordões que permitam a passagem de equipamentos assim como dos caminhões.



3.4.5 - Exposição a Ruidos

É obrigatório o uso de protetores, iguais ou que não sejam por trabalhadores de pilhas de acoplado, tanto pilhas operárias, como pilhas visitantes, no local em que o nível de ruído seja igual ou superior a 80 D.B.

3.4.6 - Desarmamento

Deve - se ficar atento durante o desarmamento, pois isto poderá causar acidentes, tanto com os trabalhadores, como com a vizinhança do local. Os trabalhadores ficarão expostos a acidentes dos quais entre eles envolvendo: traumatismos, queimaduras, mordidas de répteis, picadas de animais peçonhentos, atropelamentos e outros mais; Já os visitantes vizinhos poderão sofrer agressões por parte dos animais em fuga. Por isso, é necessário utilizar medidas de segurança antes de realizar o desarmamento.

Os principais tipos de animais peçonhentos encontrados na região são os seguintes:

* serpentes: jaracaca (*Bothrops erythronotus*), de hábitos variados, podendo ser encontrada costurada à beira de rios ou dentro d'água; cascavel (*Crotalus durissus*), vive em campos abertos, regiões secas e pedregosas; corral verdadeira (*Lycotaxus ibiboboca*), vive geralmente em buracos de troncos de árvores, prefere caçar à noite, descansa e se esconde durante o dia e é ofidílogo.

* aranhas: a maior parte das aranhas, como as que fazem teias aéreas geralmente são inofensivas, mas algumas formas, como a caranguejeira, podem provocar acidentes, que raramente são fatais. As aranhas são encontradas no solo ou junto à vegetação, sendo as espécies perigosas de hábitos noturnos.

* escorpiões: animais pouco agressivos, as picadas não letais e de hábitos noturnos, procuram esconder-se em pilhas de madeira, tijolos, pedras e capotruas;

* lezírias: encontradas no solo e em troncos caídos, não têm picadas mortais, porém dolorosas.

* abelhas e mamibombos: normalmente têm picadas dolorosas mas não mortais, sendo as espécies africanizadas, que podem ser mortais.

No antídoto deve - se Ter em atenção : soro antiofídico, antiescórpio e antiofídico, usado nos casos de envenenamento por cobras, aranhas e escorpiões, bem como analgésicos, vacina antiofídica, anti - histárgicos e anti - infamatórias.

É de suma importância também que as equipes de primeiros socorros sejam capacitadas para o atendimento emergencial.

Deve ser feito com antecedência, a seleção de animais perigosos, bem como do seus criadores, trabalho esse, que deverá ser realizado por pessoas especializadas e devidamente equipadas, que deverão trabalhar para áreas ou reservas ecológicas.

É recomendável que seja realizado um trabalho de esclarecimento junto a população local sobre medidas de prevenção de acidentes com animais peçonhentos. Abaixo da distribuição de cartazes e folhetos explicativos. Os trabalhadores deverão também se protegerem utilizando botas de couro alto, luvas de material resistente. Ressalta-se que 80% dos acidentes com serpentes atingem partes do corpo localizadas abaixo do joelho e mais de 10% atingem a mão e o antebraço.

É necessário o plantio de uma equipe treinada em primeiros socorros, durante o desmatamento, para identificar, capturar e fazer a destinação correta dos animais peçonhentos.

O resultado dos estudos de vegetação, devem ser colocados bem distantes das residências, pois eles podem servir de abrigo à muitos animais, como aranhas, lacras, serpentes e outros mais.

9.4.7 - Enchimento do Reservatório

A partir de uma planimetria do reservatório, as áreas de lançamento temporária e permanentes devem ser localizadas e durante toda a fase de enchimento deverão serem vigiadas por equipes de resgate equipadas com bicoletes, lanças e colinas salva-vidas, para o socorro de eventuais vítimas.

É muito importante essas cuidados já que um dos maiores perigos pessoais, durante o enchimento do reservatório, é o de que pessoas, passando pela área do reservatório, sejam atingidas em áreas. O risco é pior quando tais áreas têm caráter temporário e depois submergidas. Por isso a população deverá ser informada sobre o tempo previsto para o enchimento, bem como sobre as áreas de risco.



SENA CONDIÇÃO AMBIENTAL

Então o número de animais colhe reduzido pelo desmatamento. Existe ainda o risco de ataques de populações ribeirinhas, por animais peçonhentos ou não, que fogem da lavoura. Portanto a população deverá ser alertada sobre esse fato e as ações custosas, não-as mesmas referidas para o desmatamento.

3.4.3 - Colheita de Talotes

A prevenção de forma satisfatória é a melhor solução, entretanto na ausência de talos e coltas não costuma acontecer esse tipo de acidente, já que os colteiros são resultados de cursos de engenharia ou operadores de máquinas com experiência.

10 – RESPONSABILIDADES ORGANIZACIONAIS



10 - RESPONSABILIDADES ORGANIZACIONAIS

As medidas a serem aplicadas visando a execução do Plano de reassentamento dependem de uma distribuição de tarefas de acordo com atribuições estabelecidas pelo Governo do Estado.

Algumas etapas a serem realizadas posteriormente por ocasião da elaboração do esboço do plano de reassentamento, não tem ainda uma definição de órgão envolvido pois depende ainda do tipo de atividade a ser desenvolvida.

Órgãos envolvidas no âmbito do reassentamento rural:

- Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH)
 - o Superintendência de Obras Hidráulicas (SOCHRA)
 - o Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH)
 - o Unidade de Catastro, Demarcação e Reassentamento (UCDR)
 - o Unidade de Mobilização Social (UMS)
 - o Gerência de Desenvolvimento Sustentável - PROURB
 - o Comitê Pré-Mutirão - (CPM)
 - o Comitê de Apoio ao Reassentamento e a Preservação Ambiental dos Açudes (CARPA)
 - o Monitor de Campo (MC)
 - o Comissão de Integração Social dos Açudes Públicos (COMISA)
 - o Instituição São-Comunidade de Açudes (SCA)
- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDU)
 - o Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SIEMACE)
- Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR)
 - o Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERGO)
 - o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDACE)
- Secretaria de Trabalho e de Ação Social (SAS)
- Prefeitura Municipal de Guianases - PMG
- Secretaria de Educação (SE)
- Companhia Especial de Obras (COELCO)



11 – ARCABUÇO LEGAL



11 - ARCABUÇO LEGAL

A seguir são relacionados os dispositivos legais aplicáveis ao empreendimento, no seu todo ou em suas partes.

11.1 - Legislação Federal

A Constituição Federal, no Artigo 153, Parágrafo 22, e Artigo 181, dispõe sobre os procedimentos legais para as desapropriações em caráter de utilidade pública, entre os efeitos e obrigatoriedade do pagamento prévio e justo das indenizações.

O Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30/11/64) dispõe sobre o regime de posse e uso da terra, com a preservação da justiça social e a produção de alimentos no país. Considera como desapropriáveis por interesse social, as áreas no Nordeste destinadas à implantação de projetos agrícolas irrigados, pelos órgãos públicos competentes, incluindo áreas destinadas a obras e serviços correlatos.

A Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará tem competência para efetuar desapropriações com fins de utilidade pública, mediante decreto de desapropriação, cuja tabela do decreto N.º 24490 de 25 de junho de 1997 referente ao Aqueduto FAZ encontra-se no item 20 – Anexos do presente documento.

O uso, consumo e aproveitamento da água é regulamentada pelo Código das Águas de 1934, cujos principais aspectos referem-se ao aproveitamento hidroagrícola; dispõe ele que a concessão de águas públicas para irrigação fica subordinada à concessão administrativa. O mesmo código dispõe, também, que os proprietários de propriedades abrangidas por cursos d'água poderão usá-las em proveito das mesmas, desde que não causem danos a montante e ao ponto de saída a jusante e, finalmente, que os proprietários ribeirinhos têm o direito de fazer as obras necessárias ao uso da água nas margens.

O Código Florestal criado pela Lei 4.771 de 15 de novembro de 1966, no seu Artigo 6, dispõe que na distribuição de terras destinadas à agricultura, em planos de colonização ou reforma agária, não deverão ser incluídas as áreas florestais de preservação permanente,



para florestas necessárias ao abastecimento local ou nacional de madeiras e outros produtos florestais.

A Resolução CONAMA n.º 004/85, de 10 de setembro de 1985, define como reserva ecológica as florestas e demais formas de vegetação natural situadas ao redor de lagoas, lagos e reservatórios naturais ou artificiais, desde o seu nível mais alto, em faixa marginal, cuja largura mínima seja de 100 m para cursos de água situados em áreas rurais e que tenham mais de 20 ha de superfície. Não poderão, nessa área, ser desenvolvidas expansões agrícolas, a não ser aquelas que visem restaurar as já existentes, visando preservar o lago.

Lei 4771 de 15/09/65	Institui o Código Florestal.
Lei 7800 de 16/07/69	Nova redação da lei 4771 de 15/09/65.
Lei 6902 de 21/04/81	Dispõe sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental e de outras providências.
Lei 7800 de 16/07/69	Modifica o Código Florestal.
Lei 6938 de 31/08/81	Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e de outras providências.
Lei 7754 de 14/04/89	Estabelece medidas para a proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e de outras providências.
Lei 9433 de 09/01/97	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XXI do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei 6937 de 15/05/66 que modifica a Lei 7800 de 16/07/69.



- Decreto 60.877 de 28/04/91:** Dispõe sobre o lançamento de resíduos sólidos ou líquidos nas águas interiores ou fluviais do país e de outras providências.
- Decreto 66.351 de 01/06/93:** Regulamenta a Lei 6.808 de 21/08/91 e a Lei 6.902 de 27/04/91 que dispõe sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental e de outras providências.
- Decreto 67.828 de 10/04/95:** Regulamenta o Artigo 21 da Lei 4771 de 15/09/95 e dá outras providências.
- Decreto-Lei 5.305 de 21/06/91:** Dispõe sobre desapropriações de bens por utilidade pública com alterações feitas neste decreto nº 2.395 de 21/05/98 e 6.602 de 07/12/96.

17.5. Legislação Estadual

A Constituição Estadual, promulgada em 05 de outubro de 1988, em seu Capítulo VIII, Artigo 208, dispõe sobre as desapropriações de áreas definidas em lei estadual, assegurando indenização pelo valor real dos bens.

Na Constituição Estadual, o Artigo 208 dispõe que a irigação deve ser desenvolvida em harmonia com a política de recursos hídricos e com os programas de conservação do solo e de água.

- Lei 10.147 de 01/12/77:** Dispõe sobre o disciplinamento do uso de terra para proteção dos recursos hídricos...
- Lei 10.148 de 02/12/77:** Dispõe sobre a preservação e controle dos recursos hídricos existentes no estado, e de outras providências.
- Lei 11.411 de 26/12/87:** Dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e cria o Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA, e



Superintendência Estadual de Meio Ambiente - SEMACE, e de outras providências.

- Lei 11.986 de 24/03/92: Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos - SIGORH, e de outras providências.
- Lei 10.217 de 18/11/90: Cria a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos e de outras providências.
- Lei 10.248 de 20/12/90: Dispõe sobre o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNORH, revoga os Arts. 17 e 22 da Lei 11.986, de 24/03/92, e de outras providências.
- Lei 12.504 de 19/12/95: Considera imposto socio-ambiental relevante aos projetos de construção de barragens o deslocamento das populações habitantes na área a ser inundada pelo lago formado pela obra e de outras providências.
- Decreto 14.626 de 02/07/91: Dispõe sobre a preservação e controle dos recursos hídricos, regulamentando a Lei 10.146 de 02/12/77.
- Decreto 15.274 de 25/05/92: Regulamenta a Lei 10.147.
- Decreto 20.262 de 29/06/98: Adota o Decreto 15.274.
- Decreto 23.067 de 11/03/94: Regulamenta o artigo 4º da Lei R.º 11.986 de 24/03/92, na parte referente à outorga do direito de uso dos recursos hídricos, cria o Sistema de Outorga para uso da água e de outras providências.
- Decreto 23.086 de 11/03/94: Regulamenta o controle técnico das obras de obras hídricas e de outras providências.



Decreto: 23.047 de 03/11/94	Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNORH, criado pela lei Nº 11.988 de 24/07/90, alterado pela lei Nº 12.245 de 09/12/93.
Decreto	Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de terra indicada nos municípios de _____ e de outras providências.
Constituição Estadual	artigos: 209, 280, 291, 293, 294, 295, 296, 271, 218, 326, 321, 324, 325, 326, 327.



12 - PREVISÃO DE CUSTOS TOTAIS

12 - PREVISÃO DE CUSTOS TOTAIS

Os dados de avaliação de terras e benfeitorias foram consolidados no documento Levantamento Cadastral contendo os respectivos laudos de avaliação de terras e benfeitorias (inclusive cobertura vegetal) por propriedades/espólio/herdeiros com benfeitorias. Aos bens identificados foram atribuídos valores de acordo com a tabela de preços vigente no Estado.

O Quadro 30 apresenta uma estimativa dos custos com a implantação do projeto. No Quadro 31 tem-se uma estimativa dos custos de implantação das medidas na área de desapropriação, e no Quadro 32 tem-se uma estimativa global dos custos totais previsto com o Plano de Reassentamento.



ACUDE FAE
QUADRO 38

PREVISÃO DE CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS PREVISTAS - AGRVILA

(Em R\$ 100)

Nº DE ORDEM	MEDIDA	UNID.	QUANT.	CUSTO R\$ 100		PORTE DE RECURSOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
				UNIT.	TOTAL		
1	AQUISIÇÃO DA ÁREA	ha	60	-	38.300,00	GOV. ESTADO	SRH
2	CONSTRUÇÃO DAS CASAS	Unid.	11	12.000	132.000,00	GOV. ESTADO	SRH/EMPREITEIRA
3	MUDANÇA E REFEIÇÕES	Unid.	11	200	2.200,00	GOV. ESTADO	SRH/EMPREITEIRA
TOTAL					142.500,00		

Fonte: SRH/CEASAL/1999.

2800000



QUADRO 31
AQUÍE PAÉ

PREVISÃO DE CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO DAS MEDIDAS PREVISTAS NA ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO

(em R\$ mil)

Nº DE ORDEN	MEDIDA	CNO	SMAAT	CUSTO (R\$ MIL)		FONTE DE RECURSOS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
				UNITÁRIO	TOTAL		
1	DESAPROPRIAÇÃO				863.782,21	GOV DO ESTADO	EMH
	TERRAS	na	3.176		863.782,21		
	BENEFÍCIOS	-	-		0,00		
2	CONSTRUÇÃO DA ESTACA DE CONTOURNO	PM	04,8	3.500	14.280,00	GOV DO ESTADO	SEDECYT
TOTAL					878.062,21		

Fonte: SINDAG 1999



QUADRO 33
AÇUDE PAÉ
RESUMO DOS CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO NA ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO
E AGRÍVILA

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
- ÁREA DE DESAPROPRIAÇÃO	377.762,21
INDENIZAÇÕES	369.762,21
CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE CONTORNO	14.000,00
- AGRÍVILA	182.280,00
ADQUIÇÃO DE ÁREA	28.000,00
CONSTRUÇÃO DAS CASAS	152.000,00
CUSTO COM MUDANÇA/REFEIXÃO	2.280,00
TOTAL	639.982,21

Fonte: BRASAMA, 1999.

13 - BIBLIOGRAFIA

80



13 - BIBLIOGRAFIA

1. DEASA, GOVERNO DO ESTADO. Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos – (PROURBCE). Manual Operativo para Reordenamento. Fortaleza/CE - Agost/97.
 2. _____ Política e Estratégias de Reordenamento. Fortaleza/CE. Nov/98.
 3. _____ Projeto Executivo de Gestão Fed. Levantamento Cadastral. Relatório Geral e Anexos I e II. Fortaleza/CE. Jan/98.
 4. IBGE. Contagem de População. Fortaleza/CE – 1996.
06. SANDERS JÚNIOR, J.H. et. al. Mudança Tecnológica e Desenvolvimento Agrícola no Estado do Ceará. In: Alternativas de Desenvolvimento para Conjuntos de Baixa Renda na Agricultura Brasileira. Teoria e Metodologia, v.1., EMBRAPA / CERRIGALÓ / IGA / UFPA / UPV / Purdue, 1976, n.1, p.120-68.



14 - ANEXOS

**14.1 PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE REAGENDAMENTO COM
LEVANTAMENTO DE SOLOS**



142 CÓPIA DE ATA DE REUNIÃO

000001

Ata de Reunião para apresentação dos resultados
intermediários do projeto de ensino Fae ambiental
elaborados pela GASA - Comissão Ambiental UFMG,
contida pela Secretaria dos Recursos Humanos-SEH.

Das 15 dias do mês de abril do ano de mil novecentos
e noventa e nove (1999), no 13.000 horas, realizou-se
na localidade de Santa Maria, município de Leopoldo
Góes de Azevedo, o 1º reunião para a apresentação de
trabalhos de Trabalho Ambiental (GASA/SEH), envolvendo
Comissão e Plano de implementação, na ocasião para
a construção da Associação Fae, realizada pela GASA
Comissão Ambiental UFMG, expressa contida pela
Secretaria dos Recursos Humanos - SEH. A Associação
visava a promoção de Desenvolvimento e Integração
do Ensino Técnico Profissional / Progresso da
Desenvolvimento Urbano e Recursos Humanos - Profissionais
Compromisso da empresa, representando a Prefeitura
do Município, Técnico da Divisão de Controle Urbano
Fae e Representante da SEH, geólogo Maria Alice
Leandro Marques, Geólogo Maria Auxiliadora Oliveira
Lima, Diretor Técnico da GASA - Comissão Ambiental
UFMG, Eng.º Paulo Márcio Vieira, Técnico de Unidade
de Mobilização Social Alice Belmont, Técnico ambiental
do para vários trabalhos, Eng.º Agrônomo Paulo S.
Lima de Sá e Geólogo Maria Carmo Fischer, a fim
de proporcionar, recursos e serviços necessários de obra
a ser desenvolvida para a construção do ensino Fae.
Os trabalhos foram iniciados com a apresentação da
condução da reunião Dra. Alice que apresentou a
equipe técnica da SEH e do empresa responsável
pelo estudo, em seguida falou sobre a situação
ambiental e a melhoria da qualidade de vida das
populações beneficiadas / atendida pela construção da Associação

Fed, julho sobre a Direção de Controle Subcentral e Centros
Instituto, estatística e metodologia de trabalho, processo de
desenvolvimento subcentral para a Imprensa Nacional. Está
dentro da mesa subcentral - Estatística e Instituto Brasileiro
de Estatística e do Censo Demográfico - IBGE, através da
estatística subcentral, sendo submetido ao
Conselho Estadual de Meio Ambiente - COMAMA, segue
da pessoa a pessoa para de Paulo Sérgio em de
trabalho com sua realização as atividades de suporte dos
serviços (SIA/SIA) e toda a tipo de informações necessárias
para desenvolvimento da mesa com esta parte realizada o
pagamento. Faltam também sobre os métodos estatísticos; áreas
Instituto Estadual e Plano de Desenvolvimento. No início
de, de Paulo Sérgio sobre o desenvolvimento Estadual
realizada para a população residente em área de abrangência
Fed; estatística subcentral que se enquadra de longo prazo
uma área de forma que seria área de pesquisa subcentral
Fed, para levantamento e após esse período são desenvol-
vidos de desenvolvimento: estatística subcentral sobre o plano
de desenvolvimento com a estatística de desenvolvimento sobre a
partir da realidade a estatística de cada família, também
com estatísticas diversas relacionadas para desenvolver as famílias
dentro das estatísticas sobre o desenvolvimento em áreas
desenvolvimento, onde desenvolvimento e desenvolvimento em
aparelhos, com alguns resultados básicos necessários a áreas
dentro da família sobre área. Em seguida de área
estatística de área de mesa estatística subcentral, de Comissão
para estatística e desenvolvimento necessários e desenvolvimento.
Em seguida de desenvolvimento de métodos de desenvolvimento sobre
de SIA, de estatística sobre o desenvolvimento e desenvolvimento
para de estatística de área e área de área e estatística de supor-
tamento de área de desenvolvimento - Estatística, a nível de
gestão, estatística e estatística de desenvolvimento. Para
de cada de estatística de área de desenvolvimento
- COMAMA, também de desenvolvimento estatística que usuários.

entre os outros, logo se inicia com o trabalho para a parte
de cima da colheita, sendo, contudo, sobretudo a Seta,
conhecida pela sua alta qualidade, logo se encontra
entre as duas espécies a ser. Contudo, a Seta se
reproduz naturalmente e a presença de outras colheitas a
apresentar as mesmas características a serem as de
Hispânia de origem.

- De fato, isto (partido) lembrar o crescimento
devido à possibilidade de colheita da parte mais
após passar a colheita com a Seta e a Seta
colheita da Seta e a Seta se encontra de fato.

- De fato, a Seta se reproduz, que esta colheita
se encontra, pois, sobretudo a Seta de Seta
de Seta se encontra de Seta. Contudo, a Seta se
reproduz naturalmente.

- De fato, a Seta se reproduz, que esta colheita
se encontra, pois, sobretudo a Seta de Seta
de Seta se encontra de Seta.

- De fato, a Seta se reproduz, que esta colheita
se encontra, pois, sobretudo a Seta de Seta
de Seta se encontra de Seta.

- De fato, a Seta se reproduz, que esta colheita
se encontra, pois, sobretudo a Seta de Seta
de Seta se encontra de Seta.

- De fato, a Seta se reproduz, que esta colheita
se encontra, pois, sobretudo a Seta de Seta
de Seta se encontra de Seta.

Este trabalho e o trabalho de Seta se encontra
de Seta se encontra de Seta. Contudo, a Seta se
reproduz naturalmente e a presença de outras colheitas a
apresentar as mesmas características a serem as de
Hispânia de origem.

1/5 Gama.

El. Dely & Dely

Paulo Oliveira da Silva

Paulo Gomes de Oliveira

Paulo Gomes de Oliveira

Mariano Pereira Alves.

Luiz Carlos de Aguiar

Alberto Pereira da Silva

Antônio Gomes Pereira

Maria Euzébia de Araújo

Apresenta, Paulo Alves.

Maria Luciene de Aguiar.

Luiz Carlos de Aguiar.

Raimunda Eva de Sousa

Luiz Carlos de Aguiar

Apresenta, Paulo Alves de Aguiar

Valdo Gomes de Aguiar

Antônio Manoel da Silva

Francisco Aires de Leites

Raimundo Alves de Aguiar

Luiz Carlos de Aguiar

Antônio Pereira Alves.

Luiz Filha Alves da Silva

Luiz Roberto Pereira da Silva

Raimundo Américo Pereira Alves.

Luiz Valdeir Borges

Melson Matias

Fernando Lopes de Aguiar

Apresenta, Paulo Alves de Aguiar

Luiz Carlos de Aguiar

Luiz Rodrigues de Oliveira

Luiz Carlos de Aguiar

Luiz Carlos de Aguiar

Luiz Carlos de Aguiar

Luiz Carlos de Aguiar

Esposa de Juan de la Cruz
Esposa de Juan de la Cruz

Antonio de la Cruz
Valeriano de la Cruz

Antonio de la Cruz
Antonio de la Cruz

Antonio de la Cruz
Francisco de la Cruz

Antonio de la Cruz

Antonio de la Cruz

Antonio de la Cruz

Antonio de la Cruz

Antonio de la Cruz

Antonio de la Cruz

Antonio de la Cruz

Antonio de la Cruz

Antonio de la Cruz

Antonio de la Cruz

Antonio de la Cruz

Antonio de la Cruz

Antonio de la Cruz

Antonio de la Cruz

14.3 – DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



FOTO 01: REUNIÃO NA LOCALIDADE DE SANTA MARIA – QUIXELÔ



FOTO 02: ABERTURA DA REUNIÃO POR TÉCNICO DA SRH



FOTO 03: COMENTÁRIOS DE TÉCNICOS DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL



FOTO 04: COMENTÁRIOS DE TÉCNICOS DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL



FOTO 05: COMENTÁRIOS DE TÉCNICO DA CONSULTORA GAIA



FOTO 06: ASPECTOS DA COMUNIDADE PARTICIPANTE



FOTO 07: ASPECTOS DA COMUNIDADE PARTICIPANTE



FOTO 08: ASPECTOS DA COMUNIDADE PARTICIPANTE



FOTO 09: VISTA DA ÁREA DE REASSENTAMENTO 01



FOTO 10: VISTA DA ÁREA DE REASSENTAMENTO 01



FOTO 11: VISTA DA ÁREA DE REASSENTAMENTO 02



FOTO 12: VISTA DA ÁREA DE REASSENTAMENTO 03



FOTO 13: VERIFICAÇÃO DO TIPO DE SOLOS DAS ÁREAS